

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**PROBLEMAS DE LINGUAGEM: *STRESS* MATERNO,
APTIDÕES SOCIAIS E COMPORTAMENTO DA
CRIANÇA**

Laura Alves Costa de Castro Vasconcelos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica
Dinâmica)**

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**PROBLEMAS DE LINGUAGEM: *STRESS* MATERNO,
APTIDÕES SOCIAIS E COMPORTAMENTO DA
CRIANÇA**

Laura Alves Costa de Castro Vasconcelos

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica
Dinâmica)**

2018

Agradecimentos

A chegada a este ponto é de extrema importância para mim, simbolizando o final de um longo caminho, cheio de desafios e de aprendizagens. Este percurso não seria o mesmo se não tivesse tido o apoio de várias pessoas que me foram acompanhando, e a quem faço questão de deixar a minha enorme gratidão.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Prof. Doutora Salomé Vieira Santos, pelo contínuo apoio, dedicação, amabilidade, e por me ensinar o que é o rigor e a exigência na investigação científica.

À Dra. Maria João Pimentel, pela ajuda que me deu no trabalho de campo, pela persistência e motivação, e por ser para mim uma referência do profissionalismo e competência não só no trabalho de investigação, como no clínico.

À Equipa do Centro de Estudos do Bebê e da Criança, que me acolheu e integrou durante o ano, pela viabilização da presente investigação.

A todas as Mães que participaram no estudo, pela disponibilidade que demonstraram e pela partilha de experiências, que não só permitiu a realização do trabalho, como contribuiu para o meu crescimento pessoal.

À minha família, pela incondicionalidade, pelo amor, por estar sempre por perto, por me questionar e permitir que eu siga os meus sonhos.

Às minhas amigas da faculdade, que me acompanharam de perto ao longo destes anos, pelos momentos de partilha, por me ouvirem e terem sempre uma palavra querida a dizer.

Aos meus amigos, por estarem do meu lado e por tornarem a minha vida mais alegre e divertida.

Ao Gonçalo, que longe mas perto esteve presente em cada passo deste caminho, por me animar nos momentos difíceis e por celebrar comigo todas as conquistas.

A todas e a todos, muito obrigada!

Resumo

O presente estudo, com mães de crianças com Problemas de Linguagem (PL), tem como objetivos: (1) caracterizar o *stress* parental e a percepção materna das aptidões sociais e do comportamento da criança, com base no sexo e idade desta; (2) determinar se há variação nas dimensões em estudo em função do tipo de PL; (3) explorar a relação entre estas dimensões; (4) analisar a relação de cada uma delas com variáveis maternas – sociodemográficas (nível de escolaridade e classe social) e preocupações com o comportamento da criança. Participaram no estudo 36 mães com filhos com idades entre os 3 e os 6 anos. Foram utilizados dois instrumentos, o Índice de *Stress* Parental e as Escalas de Comportamento para a Idade Pré-Escolar-2ª Edição, para além de uma Ficha de recolha de informação (sociodemográfica, e referente às preocupações maternas, e ao desenvolvimento e PL da criança). Os resultados mostraram que o *stress* (domínio dos pais) é superior nas mães de filhos rapazes (vs de raparigas) e de crianças mais velhas (de 5-6 anos vs. de 3-4 anos). Para além disso, as mães das crianças com uma Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem, comparativamente com as de crianças com uma Perturbação Fonológica, reportaram mais *stress* parental (domínio da criança) e percecionaram níveis mais baixos nas aptidões sociais. Verificou-se uma associação do *stress* parental (domínio da criança) com as aptidões sociais (negativa) e o comportamento externalizado (positiva). Verificou-se ainda que o *stress* parental (domínio da criança) foi superior nas mães de classes sociais mais baixas. Por fim, a preocupação materna com o comportamento associou-se positivamente com o *stress* parental e com o comportamento externalizado, e negativamente com as aptidões sociais. Os resultados contribuem para aumentar o conhecimento associado aos PL em crianças mais novas, que têm sido pouco valorizados do ponto de vista empírico.

Palavras-chave: problemas de linguagem; *stress* materno; aptidões sociais; comportamento da criança; idade pré-escolar.

Abstract

The present study, with mothers of children with Language Problems (LP), aims: (1) to characterize parenting *stress* and the mothers' perception of the child's social skills and behavior, according to the child's sex and age; (2) to determine whether the study dimensions vary according to the type of LP; (3) to explore the relationship between these dimensions; (4) to analyze the relationship of each dimension with maternal sociodemographic variables (level of schooling and social class) and the mother's concerns regarding the behavior of the child. There were 36 participants in this study, and the target-children were aged between 3 and 6 years. Two instruments were used, the Portuguese versions of the Parental Stress Index and the Preschool and Kindergarten Behavior Scales – Second Edition, in addition to a questionnaire to collect information (sociodemographic, referring to maternal concerns, child development and LP). The results showed that stress (parent domain) was higher in mothers of boys (*vs.* girls) and older (5-6 years *vs.* 3-4 years) children. Furthermore, mothers of children with Developmental Language Disorders, compared to children with Phonological Disorder, reported higher levels of parenting stress (child domain) and perceived lower levels of the child's social skills. An association of parenting stress (child domain) with social skills (negative) and externalized (positive) behavior were observed. Parenting stress (child domain) was also found to be higher in the mothers of lower social classes. Finally, maternal concern with the child's behavior was positively associated with parenting stress and externalized behavior, and negatively associated with social skills. The results contribute to furthering the knowledge of LP in younger children, which has not received sufficient attention from an empirical point of view.

Keywords: language problems; language disorder; maternal stress; social skills; behavior of the child; pre-school age.

Índice

Nota Introdutória.....	9
1. Introdução	11
1.1 Problemas de Linguagem.....	11
1.1.1 Contributos Teóricos.....	11
1.1.2 Diagnóstico segundo o DSM-V e o DC-05, Diagnóstico Diferencial, e Prevalência.....	13
1.1.3 Relação com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas.....	16
1.2 <i>Stress</i> Parental	16
1.2.1 Definição e Aspetos Conceituais	16
1.2.2 <i>Stress</i> Parental e Problemas de Linguagem	18
1.2.3 Relação do <i>Stress</i> Parental com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas.....	19
1.3 Aptidões Sociais e Comportamento da Criança.....	21
1.3.1 Definição e Aspetos Conceituais	21
1.3.2 Aptidões Sociais, Comportamento e Problemas de Linguagem.....	23
1.3.3 Relação das Aptidões Sociais e do Comportamento com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas.....	25
1.4 <i>Stress</i> Parental, Aptidões Sociais, Comportamento da Criança e Problemas de Linguagem	26
2. Objetivos e Hipóteses	29
3. Método	30
3.1 Participantes.....	30
3.1.1 Mães.....	30
3.1.2 Crianças-Alvo	31
3.2 Instrumentos.....	33
3.2.1 Índice de <i>Stress</i> Parental	33
3.2.2 Escalas de Comportamento para a Idade Pré-Escolar – 2ª Edição	33
3.2.3 Ficha de Recolha de Informação.....	34
3.3 Procedimento	34
3.4 Procedimentos Estatísticos.....	35
4. Resultados	36

4.1 Caracterização do <i>Stress</i> Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento em Função do Sexo e Idade da Criança	36
4.2 Análise do <i>Stress</i> Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento com Base no Tipo de Problema de Linguagem da Criança	38
4.3 Correlação do <i>Stress</i> Parental com as Aptidões Sociais e o Comportamento da Criança	39
4.4 Correlação do <i>Stress</i> Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento com Variáveis Sociodemográficas e Preocupações Maternas	41
5. Discussão	43
5.1 <i>Stress</i> Parental e Percepção Materna das Aptidões Sociais e do Comportamento com base em Variáveis da Criança	43
5.2 <i>Stress</i> Parental, Aptidões Sociais e Comportamento da Criança em Função do Tipo de Problema de Linguagem	45
5.3 Relação do <i>Stress</i> Parental com as Aptidões Sociais e o Comportamento da Criança	47
5.4 Relação do <i>Stress</i> Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento da Criança com Variáveis Maternas	48
6. Conclusão.....	51
Referências.....	55

Índice de Quadros

Quadro 1. Nível de Escolaridade das Mães – Frequências e Percentagens (%).....	30
Quadro 2. Classe Social das Mães – Frequências e Percentagens (%).....	31
Quadro 3. Tipo de Família – Frequências e Percentagens (%).....	31
Quadro 4. Tipo de Apoio – Frequências e Percentagens (%).....	32
Quadro 5. <i>Stress</i> Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função do Sexo da Criança (Teste de Mann-Whitney).....	36
Quadro 6. <i>Stress</i> Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função da Idade da Criança (Teste de Mann-Whitney).....	37
Quadro 7. <i>Stress</i> Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função do Tipo de Problema de Linguagem da Criança (Teste de Kruskal-Wallis)...	38
Quadro 8. Correlação entre <i>Stress</i> Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento da Criança (ECIP-2).....	40
Quadro 9. Correlação entre as subescalas do Domínio da Criança (ISP) e as Subescalas das Aptidões Sociais e do Comportamento de Tipo Externalizado (ECIP-2).....	40
Quadro 10. Correlação dos Resultados do ISP e do ECIP-2 com Variáveis Maternas - Sociodemográficas e Preocupações com o Comportamento.....	42

Nota Introdutória

O presente estudo incide sobre o *stress* parental e a perceção materna das aptidões sociais e do comportamento de crianças em idade pré-escolar com um Problema de Linguagem (PL). A escolha do tema prende-se não só com o interesse pelo mesmo, mas também com o facto de, na revisão de literatura efetuada, não se ter aceso a estudos que relacionem as referidas dimensões nesta população.

O Artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 2009, p. 10) refere que “Todo o ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de (...) receber e transmitir informações e ideias (...)”. Ainda que num âmbito diferente, a liberdade de um indivíduo com uma dificuldade acrescida em compreender os outros e/ou em exprimir-se poderá ficar afetada, estando este tipo de dificuldade presente quando existe um PL, pelo que investir desde cedo no despiste e ajuda a crianças com um PL poderá contribuir para que, no futuro, venham a fazer um uso completo do seu direito de liberdade de expressão, sem condicionalismos decorrentes do PL.

A maior parte das crianças com 2 anos que apresentam um PL (70 a 80%) desenvolvem, no futuro, competências linguísticas semelhantes às dos seus pares (Hawa & Spanoudis, 2014), sendo lícito considerar que a natureza, muitas vezes transitória, dos PL na idade pré-escolar tenha influenciado o facto de haver pouca investigação associada a esta idade (Busari & Weggelaar, 2004). Contudo, como se sugeriu antes, numa percentagem importante de casos as dificuldades mantêm-se ao longo da vida (Johnson, Beitchman, & Brownlie, 2010), daí a pertinência de se investir nesta área do ponto de vista empírico. Refira-se que, numa investigação que recolheu e analisou relatos de adultos australianos com uma história de perturbação da comunicação durante a infância, se salientou que estes indivíduos consideravam que as dificuldades que tinham na linguagem eram “invisíveis”, ou desvalorizadas por aqueles que os rodeavam, sendo a intervenção por parte dos técnicos percebida como a via para melhor lidarem com o impacto da perturbação no seu quotidiano (McCormack, Baker, & Crowe, 2017).

Vários estudos têm procurado compreender qual o impacto que um PL na criança terá não só nos pais, mas também no próprio funcionamento da criança. Alguns deles têm demonstrado que há uma relação entre o nível de *stress* parental experimentado e a presença de dificuldades de linguagem na criança (Craig et al.,

2016; Hawa & Spanoudis, 2014; Noel, Peterson, & Jesso, 2008; ver Schaunig et al., 2004). Acresce que tem sido identificada uma associação dos PL com as aptidões sociais (ver Fisher, 2014; Lau, 2014; Mok, Pickles, Durkin, & Conti-Ramsden, 2014) e os problemas de comportamento da criança (ver Chow & Wehby, 2018). No entanto, como se referiu, não foi encontrado nenhum estudo que tenha analisado a relação do *stress* materno com as aptidões sociais e o comportamento numa população de crianças em idade pré-escolar com um PL, constituindo a sua análise um dos objetivos do presente estudo. Para além da caracterização destas dimensões (com base no sexo e idade da criança), pretende-se ainda analisar se elas são suscetíveis de variação em função do tipo de PL e explorar a sua relação com variáveis sociodemográficas maternas e com as preocupações com o comportamento da criança. É de salientar a aparente ausência de investigação que foque a relação das preocupações maternas com as dimensões em estudo.

Este trabalho está dividido em 6 pontos. No primeiro é apresentada uma revisão de literatura sobre o tema, estando o mesmo dividido em quatro tópicos - um que diz respeito aos PL, outro que foca o *stress* parental, um outro que incide nas aptidões sociais e no comportamento da criança e, por fim, um que aborda a relação entre as várias dimensões. No segundo ponto são descritos os objetivos e as hipóteses da investigação. Em seguida é descrito o método, com uma apresentação dos participantes, instrumentos e procedimentos usados na recolha de dados, bem como dos procedimentos utilizados na sua análise. No quarto ponto são expostos os resultados do estudo. No quinto ponto é integrada a discussão dos resultados, os quais são confrontados com os decorrentes da revisão de literatura realizada e com as hipóteses colocadas. Por último, são identificadas as principais conclusões do estudo, e apontadas as limitações do mesmo e pistas para futuras investigações.

1. Introdução

1.1 Problemas de Linguagem

1.1.1 Contributos Teóricos

A linguagem tem sido alvo de interesse e estudo por autores de várias áreas, da psicanálise à neurociência. Anzieu (1979) defende que há uma relação bidirecional entre a autonomização e a emergência da linguagem. Com efeito, se, por um lado, os processos de mentalização que possibilitam a distinção entre o eu e o objeto estão na origem da capacidade de falar (comunicar um desejo ou necessidade a partir da palavra), por outro lado, a nomeação também permite a distância relativamente ao objeto. Deste modo, o nome substitui a “coisa”: a palavra implica um contacto não imediato com esta, existindo um espaço temporal entre a sensação de *querer comunicar* algo e a receção, por parte do outro, da informação verbal (Anzieu, 1979). Assim, para este psicanalista as perturbações na aquisição da linguagem estão geralmente relacionadas com problemáticas afetivas, já que as crianças com dificuldade em aceder à fala mantêm, frequentemente, uma relação conflitual com o objeto, relação esta que dificulta a sua autonomização (Anzieu, 1979).

Golse (2007), à semelhança de Anzieu (1979), parte da ideia de que a linguagem, como todo o progresso criativo, implica o afastamento ou perda do objeto primário. O autor especifica que a emergência da linguagem tem subjacente o acesso à intersubjetividade e um sentimento de perda, não só da relação primária, mas também das palavras pronunciadas já que estas se perdem depois de verbalizadas. Trata-se da passagem da narratividade analógica, ou pré-verbal, à digital, ou verbal (Golse, 2007). Abraham e Turok (1978, citados por Golse, 2007, p. 225) mencionam que, para aceder à linguagem e à simbolização de objetos a boca deve “estar vazia de seio para se encher de palavras”, ou seja, a criança só começa a falar se aceder primeiro a uma certa intersubjetividade. Para ilustrar esta ideia, Golse (2007) dá o exemplo de crianças autistas que não se separam do objeto primário e, por isso, o ato de falar dá origem a angústias arcaicas de perda ou *arrancamento* de uma parte de si.

Também João dos Santos (s.d., citado por Branco, 2010) afirma que é com a palavra que surge a possibilidade de a criança substituir a representação de objetos pela representação em palavras, passando a ser capaz de pensar a partir de expressões verbais simbólicas e não apenas de imagens. Realça ainda que a palavra permite que a

criança expresse o que pensa e sente, e também esconda o que não é adequado verbalizar; é deste equilíbrio entre o falar e o *calar* que resulta a organização da vida emocional e intelectual, e o bom funcionamento mental (Santos, s.d., citado por Branco, 2010). Para ilustrar esta ideia, o autor refere que, se aquilo que a criança exprime enquanto fantasia estivesse sempre a ser calado ou reprimido pelo adulto, então esta deixaria de pensar.

Piaget (1980) enumera três grandes consequências, a nível cognitivo e também afetivo, da aquisição da linguagem: a socialização, já que, com a palavra, a vida interior pode ser comunicada e é posta em comum, tornando-se possível aceder ao ponto de vista do outro, não obstante a criança funcionar, nesta fase do desenvolvimento, de forma bastante auto-centrada; o pensamento (pré-lógico), uma vez que, com a linguagem, surge a possibilidade de reconstituir o passado e prever ações futuras, evocando, assim, acontecimentos, mesmo na ausência dos objetos; a intuição, ou seja, a capacidade de afirmar várias coisas, mas sem prova ou argumento para explicar o que é afirmado.

Numa outra linha, estudos na área da neuro-imagem têm mostrado que há superfícies corticais e subcorticais específicas envolvidas no processamento da linguagem (Krishnan, Watkins, & Bishop, 2016). Para além disso, a observação de gémeos revelou uma concordância, no que diz respeito à presença de um diagnóstico de perturbação da linguagem, de aproximadamente 1 em gémeos monozigóticos e entre 0.5 e 0.7 em gémeos dizigóticos, captando-se, assim, uma forte influência da hereditariedade na presença de problemas deste tipo (ver revisão de Toppelberg & Shapiro, 2000). De referir também que a investigação nesta área identificou quatro genes específicos envolvidos na linguagem (Krishnan et al., 2016).

A propósito da aquisição da linguagem, é também relevante a distinção entre a teoria da aprendizagem, que defende que a linguagem é aprendida por condicionamento e reforço, e o nativismo, de Chomsky, que defende que os seres humanos têm competências inatas que permitem a sua aquisição (ver Papalia, Olds, & Feldman, 2001; Toppelberg & Shapiro, 2000).

Para ilustrar aquilo que é o percurso normativo do desenvolvimento da linguagem, Busari e Weggelaar (2004), numa revisão de literatura, referem as seguintes etapas: balbúcio (6-10 meses), compreensão de palavras (8-10 meses), expressão das primeiras palavras (8-12 meses), construção de frases de duas palavras

(14-24 meses), frases de 3 palavras (por volta dos 3 anos) e, por fim, o domínio da sintaxe, por volta dos 4 anos.

1.1.2 Diagnóstico segundo o DSM-V e o DC-05, Diagnóstico Diferencial, e Prevalência

No DSM-IV-TR (American Psychiatric Association [APA], 2000), as perturbações da comunicação estão inseridas no grupo das perturbações que aparecem habitualmente na primeira e na segunda infâncias ou na adolescência. Dentro destas salientam-se: a perturbação da linguagem expressiva, caracterizada por um défice no desenvolvimento da linguagem expressiva – verbal ou gestual; a perturbação mista da linguagem recetiva-expressiva, quando o défice é no desenvolvimento da linguagem tanto expressiva como recetiva; a perturbação fonológica, que consiste numa incapacidade para utilizar os sons da fala próprios da idade e idioma, e que inclui erros na articulação, bem como problemas de base cognitiva que dão origem a dificuldades na seleção dos sons da linguagem (APA, 2000, pp. 58-70).

No DSM-V (APA, 2013), a perturbação da linguagem está inserida na categoria das perturbações do neurodesenvolvimento, ou seja, aquelas que, geralmente, têm início antes da idade escolar e são caracterizadas por défices no desenvolvimento com consequências no funcionamento pessoal, social, escolar ou profissional. Dentro destas, insere-se o grupo das perturbações da comunicação, que se caracterizam por défices no discurso ou na comunicação. Os critérios de diagnóstico para identificar uma perturbação da linguagem são os seguintes (APA, 2013, pp. 41-44): 1) dificuldades persistentes na aquisição e uso da linguagem nas várias modalidades (fala, escrita, linguagem simbólica) devido a défices na compreensão ou produção (vocabulário reduzido – conhecimento e uso das palavras; estrutura frásica limitada – capacidade para juntar palavras e construir frases com base nas regras gramaticais e morfológicas; défices no discurso - capacidade para usar vocabulário e ligar frases de modo a explicar ou descrever um tópico ou uma série de eventos ou ter uma conversa); 2) competências linguísticas substancialmente abaixo das esperadas para a idade, o que resulta em limitações funcionais na comunicação efetiva, na participação social, e nos resultados académicos ou desempenho ocupacional; 3) os sintomas têm início no período de desenvolvimento precoce; 4) as dificuldades não se devem a uma deficiência sensorial, disfunção motora ou outra

condição médica ou neurológica, tal como não são melhor explicadas por incapacidade intelectual ou atraso global do desenvolvimento.

No DC-05 (Wieder, 2016), as perturbações do neurodesenvolvimento são caracterizadas pela presença de um atraso ou défice no desenvolvimento com início na infância precoce, entre o primeiro e o quinto ano de vida. São mais comuns nos rapazes e na sua origem estão presentes fatores hereditários, ambientais (e.g., exposição a ambientes tóxicos), sociais (e.g., baixo nível socioeconómico) e complicações médicas (e.g., parto prematuro). É recomendada intervenção precoce e intensiva, uma vez que, apesar destas perturbações estarem frequentemente associadas a disfunção cerebral, a intervenção psicossocial tem resultados positivos. No DC-05 as perturbações da linguagem estão inseridas neste grupo das perturbações do neurodesenvolvimento, e o seu diagnóstico pode ser feito a partir dos seguintes critérios: a criança apresenta atraso na produção e/ou compreensão de gestos, vocalizações, palavras ou frases e/ou dificuldade (ou atraso) no uso de palavras para comunicar as suas necessidades, relatar uma experiência ou ter uma conversa. Para além disso, estes atrasos não podem ser atribuídos a défices sensoriais, disfunção motora ou outra condição médica, nem a outra perturbação do neurodesenvolvimento ou a trauma grave.

Na literatura os termos *perturbação* e *atraso* da linguagem surgem, com frequência, como equivalentes, contudo, é importante ter em conta o que os diferencia. O atraso da linguagem não está descrito como patologia, porém, é identificado na literatura como o problema de desenvolvimento mais comum em crianças dos 3 aos 16 anos, apresentando uma elevada comorbilidade com perturbações psiquiátricas e com perturbações do desenvolvimento como a perturbação da linguagem (Busari & Weggelaar, 2004). Este atraso da linguagem é definido pelos mesmos autores como um atraso na expressão e/ou compreensão da linguagem (Busari & Weggelaar, 2004).

A elaboração de um diagnóstico diferencial é de extrema importância, já que o atraso na linguagem *expressiva* é um sintoma associado a outras perturbações como a perturbação do espectro de autismo ou a perturbação intelectual (Rescorla, 2011). Nesta linha, Demouy et al. (2011) salientam a existência de défices na linguagem semelhantes em crianças com perturbação do espectro de autismo e em crianças com perturbação da linguagem a nível lexical, fonológico e na compreensão de frases, contudo, enquanto nas primeiras a comunicação pragmática e a sintaxe são afetadas,

nas segundas tal não acontece. Assim, a avaliação destes vários domínios da linguagem é relevante para o diagnóstico diferencial. Toppelberg e Shapiro (2000) referem ainda que há uma grande comorbilidade entre a perturbação da linguagem e perturbações psiquiátricas, sendo que 50% das crianças com uma perturbação da linguagem apresentam também um diagnóstico psiquiátrico, 26% têm uma perturbação do comportamento associada e 20% uma perturbação emocional. Outros autores acentuam a dificuldade de fazer um diagnóstico, já que em diferentes culturas podem existir expectativas diversas acerca do que é, ou não, “normal”, com base na idade da criança, havendo, assim, pouco consenso na distinção entre uma alteração no percurso desenvolvimentista e a existência de uma perturbação (Norbury & Sparks, 2013).

No presente estudo, para além da classificação Atraso da Linguagem, utiliza-se a designação Perturbação Fonológica e Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem, a qual integra a perturbação da linguagem expressiva e a perturbação mista da linguagem recetiva-expressiva, seguindo-se, assim, as classificações que fazem parte do diagnóstico das crianças-alvo deste estudo, designações que só em parte são sobreponíveis com as encontradas na literatura, denotando a diversidade de critérios já constatada. Nesta sequência, optou-se por utilizar também a expressão geral Problemas de Linguagem para integrar, de uma forma global, esta variedade de dificuldades ao nível da linguagem.

No que diz respeito à prevalência, um inquérito Nacional nos Estados Unidos da América demonstrou que esta é de 4% para crianças em idade pré-escolar (dos 3 aos 5 anos), 3.6% em crianças entre os 6 e os 8 anos, decrescendo para 2.1% quando estas têm idade compreendida entre os 12 e os 14 anos (Raghavan et al., 2018). Outro estudo revelou que cerca de 7% das crianças em idade pré-escolar têm uma perturbação da linguagem - 6% de raparigas e 8% de rapazes (ver Toppelberg & Shapiro, 2000). Adicionalmente, num estudo de Horwitz et al. (2003) salientou-se que 13.5% das crianças com 18 a 23 meses de idade e 17.5% das crianças com 30 a 36 meses apresentavam um atraso na linguagem expressiva. Contudo, os problemas de linguagem em idade precoce não parecem ter um grau elevado de irreversibilidade, já que 70 a 80% das crianças com 2 anos que apresentam um atraso na linguagem desenvolvem, no futuro, competências linguísticas semelhantes às dos seus pares (Hawa & Spanoudis, 2014).

1.1.3 Relação com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas

Na investigação no âmbito das perturbações da linguagem têm sido identificadas variáveis específicas, do desenvolvimento da criança e sociodemográficas, relacionadas com o aparecimento de problemas no desenvolvimento da linguagem. Assim, por exemplo, o brincar simbólico, que surge num período do desenvolvimento próximo àquele em que há a aquisição das primeiras palavras, parece ter um papel facilitador do aumento do vocabulário, verificando-se que, quando a criança não tem ainda um brincar simbólico, apresenta maior dificuldade na aquisição da linguagem (Desmarais, Sylvestre, Meyer, Bairati, & Rouleau, 2008). Por sua vez, Madigan (2015) identificou como fatores que atrasam o desenvolvimento da linguagem, o baixo peso à nascença e a presença de problemas de linguagem na família.

Entre as variáveis sociodemográficas potencialmente influentes, salienta-se o baixo nível de educação da mãe (Andrade, 2008) e o baixo estatuto socioeconómico (Desmarais et al., 2008; Hawa & Spanoudis, 2014; Hoff, 2003; Perkins, Finegood, & Swain, 2013), os quais se associaram com a presença de problemas de linguagem. Perkins et al. (2013) defendem que a pobreza potencia o *stress*, e que a presença deste afeta a fisiologia do cérebro e o funcionamento executivo e mnésico, sendo, por isso, um possível potenciador de dificuldades no desenvolvimento da linguagem. A perturbação da linguagem está mais presente nos rapazes do que nas raparigas (prevalência de 2 para 1) (Raghavan et al., 2018) e parece depender da posição na fratria, sendo mais frequente nos irmãos mais novos (Andrade, 2008).

Refira-se ainda que, a longo prazo, na idade adulta, a existência de um problema de linguagem está associada a resultados mais baixos em medidas de linguagem e inteligência (QI), a mais problemas de comportamento, e a um menor número de anos de escolaridade (Johnson, Beitchman, & Brownlie, 2010).

1.2 Stress Parental

1.2.1 Definição e Aspetos Conceituais

O *stress* parental pode ser definido como uma reação psicológica aversiva face às tarefas da parentalidade, que origina sentimentos negativos para com a criança, e

também dirigidos ao próprio, potenciando uma relação disfuncional pais-criança (Deater-deekard, 1998, p. 315). O autor realça ainda a importância de distinguir entre o *stress* decorrente dos acontecimentos do dia a dia, que é normativo, daquele que, por ser excessivo (em termos não só de intensidade, mas também de frequência), pode ser considerado patológico (Deater-deekard, 1998).

Crnic e Low (2002) defendem que o *stress* parental está dependente de fatores relacionados tanto com os pais, como com as crianças e os processos familiares. Os fatores relativos aos pais são, por exemplo, as suas características pessoais, processos anteriores ao nascimento da criança (e.g., *stress* durante a gravidez), tarefas associadas com a transição para a parentalidade (e.g., novas rotinas e responsabilidades), características da rede de apoio social e crenças sobre a infância e os filhos. Já os fatores relativos à criança remetem para características como perturbações do desenvolvimento, psicopatologia e problemas de comportamento internalizado/externalizado. Por fim, no âmbito dos processos familiares, será importante considerar, por exemplo, as relações diádicas mãe-criança e pai-criança, e a relação conjugal. Os autores afirmam ainda que o *stress* parental tem um impacto indireto na criança, já que afeta em primeiro lugar a qualidade parental e o funcionamento familiar, os quais, por sua vez, influenciam o desenvolvimento da criança a nível socio-emocional e cognitivo (Crnic & Low, 2002).

Abidin (1990, 1995) apresenta um modelo, subjacente ao instrumento usado no presente estudo para avaliar o *stress* parental (Parenting Stress Index – PSI), segundo o qual este *stress* tem múltiplas influências (e consequências), identificando o contributo de variáveis dos pais, da criança e situacionais. As características da criança consideradas pelo autor como fatores de *stress* são o temperamento (quatro áreas/subescalas - Maleabilidade de Adaptação, Exigência, Humor e Distração/Hiperatividade), as expectativas dos pais face à criança (Aceitação) e o sentimento de se sentirem reforçados por ela (Reforço aos Pais) (Abidin, 1990, 1995). No que diz respeito às características dos pais, o autor identifica três áreas (subescalas) relacionadas com a personalidade e patologia parental e que afetam o nível de *stress* - Depressão, Sentido de Competência da figura parental e Vinculação (Abidin, 1990, 1995). Por fim, são ainda consideradas variáveis situacionais que têm impacto no *stress* dos pais, e que correspondem a áreas (subescalas) que remetem para a Relação com Marido/Mulher, Isolamento Social, Saúde e Restrição do Papel (impacto do papel parental na liberdade pessoal) (Abidin, 1990, 1995). O autor

salienta que um nível de *stress* elevado leva a uma parentalidade disfuncional, tendo implicações tanto para o bem-estar dos pais como para o comportamento e desenvolvimento da criança.

1.2.2 *Stress* Parental e Problemas de Linguagem

É pertinente começar por referir que, neste ponto, todos os estudos mencionados avaliaram o *stress* parental através do instrumento que foi usado neste trabalho para avaliar esta dimensão (PSI). A investigação tem mostrado que, quanto mais elevado for o nível de *stress* percebido pelos pais no desempenho do papel parental, menor a sua disponibilidade para a criança, o que pode conduzir a um decréscimo na estimulação da linguagem, aumentando a probabilidade da criança ter dificuldades ou um atraso nesta área (Desmarais et al., 2008). Nesta linha, Hawa e Spanoudis (2014) realçaram, numa revisão de literatura, que o *stress* parental é duas a três vezes superior nos pais cujos filhos apresentam problemas de linguagem. Adicionalmente, alguns estudos identificaram o *stress* parental como uma variável com elevada correlação com a presença de um atraso na linguagem expressiva em crianças dos 15 aos 36 meses (e.g., Harmeyer, Ispa, Palermo, & Carlo, 2016; Horwitz et al., 2003). Também face a crianças com idades entre os 3 e os 6 anos e meio, com uma perturbação específica da linguagem, as mães revelaram níveis significativamente superiores de *stress*, comparativamente com mães com filhos sem esta perturbação (Schaunig et al., 2004). Adicionalmente, sobressai que, mesmo quando as crianças-alvo têm uma faixa etária mais alargada (dos 3 aos 12 anos), e apresentam um problema de linguagem, ocorreram resultados semelhantes, ou seja, os pais e mães da amostra clínica apresentaram um nível mais elevado de *stress* do que aqueles cujos filhos não têm este tipo de problema (Craig et al., 2016).

Outros autores, num estudo cuja amostra era constituída por crianças em idade pré-escolar, mas de um meio socioeconómico desfavorecido, concluíram que níveis de *stress* materno mais elevados se relacionavam com um vocabulário mais pobre, quer expressivo quer compreensivo (Noel, Peterson, & Jesso, 2008). Num estudo de Terret, White, e Spreckley (2012) analisou-se o *stress* parental (perceção de exigências colocadas pela criança, nível de satisfação com a interação estabelecida e sentido de competência no exercício da parentalidade) e o nível de linguagem (expressiva e receptiva) de crianças com idade compreendida entre 1 e 46 meses,

dividindo-se os cuidadores (pais e mães) em dois grupos: os que estavam inseridos num programa de intervenção cujo objetivo era promover as competências linguísticas e fornecer estratégias para lidar com comportamentos desafiantes dos filhos, e um grupo de controlo. Verificou-se que as crianças cujos cuidadores estavam a participar no programa melhoraram as competências linguísticas, de expressão e compreensão, tendo havido também, nos pais e mães, uma diminuição na perceção de exigência. Os autores relacionaram estes dois resultados, colocando como hipótese que, com as estratégias aprendidas, os prestadores de cuidados começaram a avaliar as tarefas da parentalidade como sendo menos exigentes e a querer estar mais tempo com os filhos, promovendo oportunidades de interação que fomentaram o desenvolvimento da linguagem (Terret et al., 2012).

Num estudo de Chaffee e colaboradores (Chaffee, Cunningham, Secord-Gilbert, Elbard, & Richards, 1991), salientou-se que níveis elevados de *stress* parental decorrentes de características da criança (Domínio da Criança) se associaram negativamente com a avaliação, por parte dos pais, das competências de expressão linguística da criança (2-7 anos), não se tendo obtido resultados significativos para o *stress* decorrente de características dos pais (Domínio dos Pais) na associação com as competências linguísticas expressivas ou de compreensão.

Concluindo, da revisão de literatura apresentada neste ponto decorre que parece haver uma relação entre o nível de *stress* parental e a existência de dificuldades de linguagem em crianças, tanto a nível da expressão como da compreensão.

1.2.3 Relação do *Stress* Parental com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas

Harmeyer et al. (2016) identificaram duas variáveis que moderam a relação entre 1) a presença de um atraso na linguagem e 2) o *stress* da mãe e o vocabulário da criança (aos 3 anos): a primeira relaciona-se com a proximidade mãe-criança e a segunda com a auto-regulação da criança, ou seja, quanto maior a proximidade mãe-filho/a e mais competente a criança é a autorregular-se, menor o impacto do *stress* sobre a linguagem. Para além disso, o *stress* materno foi identificado como uma variável moderadora da relação entre prematuridade e desenvolvimento da

linguagem/audição da criança (avaliado com a Escala de Desenvolvimento Mental de Griffiths), sendo o valor do percentil que diz respeito ao domínio da linguagem superior nas crianças cujas mães referiram menos *stress* (Neri et al., 2017).

McLoyd (1998) refere a pobreza como um fator que leva a níveis mais elevados de *stress* parental e a uma diminuição da qualidade da interação pais-filhos, tendo, assim, um impacto negativo no desenvolvimento da criança. Na mesma linha, Perkins et al. (2013) defendem que as pessoas de um nível socioeconómico e/ou educacional mais baixo experimentam mais *stress*, assim como alterações nas funções executivas (e.g., memória) envolvidas no normal desenvolvimento da linguagem.

Em relação ao sexo da criança, os resultados na literatura são contraditórios. Assim, por exemplo, no estudo de Coon (2007) não se verifica que o sexo das crianças (com idades entre os 2 e os 3 anos) influencie o modo como o *stress* parental afeta o desenvolvimento cognitivo e da linguagem. Contudo, num sentido diferente, num estudo com uma amostra de mães inseridos num programa de intervenção (*Early Head Start*), cujo objetivo era a redução do *stress* parental e a promoção de competências parentais, verificou-se que o *stress* materno teve um efeito no desenvolvimento da linguagem, de crianças até aos 5 anos, sendo este efeito diferente para rapazes e raparigas (Vallotton et al., 2012). Especificamente, nos rapazes a intervenção ao nível do *stress* parental não teve grande impacto no uso do vocabulário enquanto nas raparigas aconteceu o oposto, ou seja, o *stress* da mãe só tem impacto no nível de linguagem expressiva da criança se esta for do sexo feminino (Vallotton et al., 2012).

No que diz respeito à idade da criança, num estudo com uma amostra constituída por crianças com um atraso global do desenvolvimento ou com uma perturbação do desenvolvimento da linguagem, concluiu-se que o nível de *stress* reportado pelos pais se mantém ao longo do desenvolvimento da criança (o *stress* parental foi avaliado em dois momentos – na altura do em que o diagnóstico foi estabelecido, quando a criança tinha idade pré-escolar, e 4 anos depois) (Webster, Mjnmeyer, Platt, & Shevell, 2008).

1.3 Aptidões Sociais e Comportamento da Criança

1.3.1 Definição e Aspectos Conceituais

Começando pelas aptidões sociais, têm surgido diferentes perspectivas, realçando alguns autores a influência do ambiente familiar e outros a interação entre a genética e as experiências vividas pela criança na emergência das competências sociais (Ladd & Pettit, 2002). As aptidões sociais são definidas como a habilidade da criança para 1) iniciar e manter interações positivas com os pares, 2) criar laços relacionais (e.g., amizades, aceitação por parte do grupo de pares) e 3) evitar expor-se a situações de vitimização e rejeição (Ladd & Pettit, 2002). É ainda de salientar que nos primeiros 5 anos de vida, com o desenvolvimento da linguagem e o aumento das interações com os pares, as crianças vão adquirindo uma brincadeira mais cooperativa, a partir da qual emerge a empatia e a capacidade de ter em conta vários pontos de vista (Carr, 2005). Assim, as relações com os outros são determinantes para o estabelecimento de boas competências sociais, de tal modo que crianças incapazes de fazer e manter amizades na infância estão em maior risco de desenvolver problemas psicológicos (Carr, 2005).

Num estudo longitudinal sobre competências sociais em crianças de idade pré-escolar (Eisenberg et al., 1999) os resultados obtidos reforçam a possibilidade de haver uma predisposição para uma personalidade pró-social, que emerge cedo e é consistente ao longo do tempo, verificando-se que a partilha espontânea em crianças dos 3 aos 6 anos prediz o comportamento pró-social e a empatia 17 anos depois. Contudo, os autores referem que a estabilidade da disposição pró-social da personalidade depende não só de fatores como o temperamento e/ou fatores genéticos que influenciam a empatia (e a simpatia), mas também da influência da socialização, nomeadamente com os pais, que pode ser ou não promotora da atitude de empatia face ao outro (Eisenberg et al., 1999).

Passando agora ao comportamento, Campbell (1995) refere que somente no início dos anos 90 começou a surgir um maior interesse pela investigação sobre os problemas de comportamento em crianças com menos de 6 anos, já que se começou a perceber que estes problemas podem ser indicadores de dificuldades a curto e a longo prazo, por exemplo na adaptação à escola.

A avaliação de problemas de comportamento na idade pré-escolar tem sido referida como uma tarefa complexa, por duas razões. Por um lado, a criança está em rápido desenvolvimento, o que pode alterar o comportamento e tornar difícil a distinção entre o que é ou não normativo para a idade e, por outro lado, há pouca colaboração, por parte da criança, nas tarefas de avaliação propostas, devido à sua imaturidade, pelo que geralmente se recorre a fontes externas (pais, professores, cuidadores) (Major & Seabra-Santos, 2014b).

Na nomenclatura mais comum na literatura identificam-se dois tipos de problemas de comportamento - os externalizados e os internalizados (e.g., Achenbach & Edelbrock, 1978; Achenbach, 1991; Merrell, 2008). Os primeiros são caracterizados por hipocontrolo, e dizem respeito, por exemplo, a comportamentos destrutivos, de oposição, desafiantes, anti-sociais, e a falta de atenção e hiperatividade (Merrell, 2008). Já os comportamentos internalizados são, pelo contrário, caracterizados por hipercontrolo, com impacto na própria criança, constituindo exemplos a ansiedade, depressão, perturbações do humor, medos, queixas somáticas, timidez e tristeza (Merrell, 2008).

Numa revisão de literatura realizada por Campbell (1995) acerca dos problemas de comportamento em crianças com idade pré-escolar, a autora começa por referir a quase inexistência de estudos que se debrucem sobre os problemas internalizados, uma vez que nesta idade são difíceis de identificar, ao contrário dos externalizados. É ainda mencionada a existência de vários comportamentos neste período do desenvolvimento, sobretudo de externalização, relativamente comuns e normativos (e.g., atividade excessiva, desatenção, desobediência), que decrescem de forma significativa ao longo do desenvolvimento (Campbell, 1995). É, então, necessário identificar quando é que estes comportamentos se tornam desadequados. A desobediência, por exemplo, já apontada como comum na idade pré-escolar, pode constituir, por vezes, um sinal de que a criança se está a tornar mais independente, autoconsciente e auto-regulada, sendo outras vezes um indicador de que a relação mãe-criança é problemática (Campbell, 1995). Os mesmos comportamentos (por exemplo, quando as crianças são extremamente ativas, irritáveis, desobedientes ou agressivas) podem ser de natureza mais estável, tendendo a manter-se ao longo do desenvolvimento, ou mais pontuais, diminuindo ou desaparecendo com o tempo. Por isso, é importante identificar e avaliar precocemente sinais deste tipo de problemas,

para que as crianças possam ser monitorizadas ao longo do seu desenvolvimento (Campbell, 2006).

Refira-se que a aplicação do programa de intervenção parental *Incredible Years* a uma amostra de pais portugueses cujos filhos apresentavam queixas de comportamento de oposição, conduziu a um aumento significativo das práticas parentais positivas, abertura a novas experiências e diminuição dos comportamentos de oposição da criança (Homem, Gaspar, Santos, Azevedo, & Canavarro, 2014). É então de salientar a relevância de se desenvolverem programas de intervenção para prevenir ou diminuir os comportamentos desadaptativos (Campbell, 2006; Homem et al., 2014).

1.3.2 Aptidões Sociais, Comportamento e Problemas de Linguagem

Começando pela relação entre as aptidões sociais e as competências linguísticas, é de realçar que há menos investigação do que no caso do comportamento. Lau (2014) examinou a relação entre a linguagem e as competências sociais em crianças dos 3 aos 5 anos, concluindo que quanto mais elevados são os resultados que dizem respeito à linguagem semântica, mais elaborada é a interação social, e que quanto maior a competência da criança para selecionar e compreender palavras, melhor a habilidade para ter conversas na altura “apropriada” e melhor a compreensão das emoções do outro e da sua perspetiva. Foi também encontrada uma relação entre baixas competências de socialização e de comunicação, e maior prevalência de comportamento desafiante (Fisher, 2014).

Num outro estudo, Mok et al. (2014) avaliaram a relação com os pares de crianças e adolescentes (7-16 anos) com história de perturbação da linguagem, verificando que 2/3 dos participantes apresentaram dificuldades nesta relação, as quais não dependem do tipo de perturbação da linguagem. Os autores verificaram ainda que a comunicação pragmática (pobre) se constituiu como um preditor dos problemas de comportamento e o comportamento pró-social como um fator de proteção para as perturbações da linguagem (Mok et al., 2014).

Horwitz et al. (2003) demonstraram também que as competências sociais (mais do que os problemas de comportamento), estão altamente correlacionadas com um baixo desenvolvimento da linguagem expressiva, colocando como hipótese que a dificuldade da criança em comunicar as suas necessidades possa mediar a relação

entre o atraso na linguagem e os problemas de comportamento. Neste sentido, numa revisão de literatura acerca das características das crianças com atraso na expressão da linguagem (*late talkers*), Desmarais et al. (2008) referem que a quantidade e qualidade do vocabulário da criança depende do seu estilo de interação social, e que problemas na socialização, juntamente com um atraso na linguagem expressiva, estão relacionados com uma baixa motivação para comunicar com os pares.

É ainda pertinente referir que Roben, Cole, e Armstrong (2013), num estudo com uma amostra de crianças entre os 18 e 48 meses, encontraram uma associação entre as capacidades linguísticas precoces superiores e a regulação mais eficaz das emoções negativas. Estes autores colocam duas hipóteses para explicar os resultados: a primeira, que as competências de linguagem são superiores se a criança for capaz de pedir apoio à mãe quando a regulação está ainda dependente do adulto; a segunda, que as crianças que têm capacidade para comunicar as suas necessidades podem mais facilmente regular os afetos negativos visto que, ao verbalizá-las, podem sentir-se menos frustradas (Roben et al., 2013).

Já no que diz respeito à relação entre o comportamento e a presença de uma perturbação da linguagem, esta tem sido alvo de interesse do ponto de vista empírico, demonstrando-se que há uma associação forte entre estas variáveis, ainda que a análise da direção desta relação seja variável em diferentes estudos (ver revisão de Desmarais et al., 2008).

Num estudo cuja amostra era constituída por crianças de idade pré-escolar e de um meio social desfavorecido, os resultados mostraram que o vocabulário receptivo que as crianças tinham no início do ano não influenciou os resultados relativos ao comportamento e à interação com os pares no final do ano, apoiando a hipótese de que a linguagem compreensiva é menos crucial do que a expressiva para o desenvolvimento de comportamentos e interações sociais positivas (Cohen & Mendez, 2009).

No que diz respeito aos problemas externalizados, Helland e Helland (2017) verificaram no seu estudo que 1/3 dos participantes com uma perturbação da linguagem, entre os 6 e os 15 anos, obtiveram resultados para o comportamento que se inserem na categoria “borderline” e 40% apresentaram problemas de hiperatividade e/ou défice de atenção. Adicionalmente, Petersen, Bates, e D’Onofrio (2013) identificaram uma relação bidirecional entre as competências linguísticas e os comportamentos de externalização - hiperatividade e défice de atenção -, em crianças

dos 7 aos 13 anos. Na mesma linha, Horwitz et al. (2003) concluem que crianças até aos 36 meses com atraso na linguagem expressiva têm quatro vezes mais probabilidade de ter pais que identificam problemas de comportamento externalizados.

Por sua vez, numa meta-análise (Hollo, Wehby, & Oliver, 2014) que reuniu estudos com crianças (dos 5 aos 13 anos) com um diagnóstico de perturbação emocional e comportamental, e sem historial prévio de perturbação da linguagem, salientou-se que a maior parte das crianças apresentava um desempenho na linguagem inferior à média, havendo uma prevalência de problemas na linguagem expressiva superior à da compreensiva.

De notar que, apesar de haver evidências de que as crianças com atrasos na linguagem apresentam, muitas vezes, problemas de externalização e internalização, quando há uma melhoria das competências linguísticas os problemas de comportamento diminuem (Hawa & Spanoudis, 2014).

Nesta sequência, é de salientar a importância de estimular o desenvolvimento da linguagem como forma de prevenir eventuais problemas a nível social e comportamental, e de avaliar, desde cedo, a linguagem das crianças que mostram sinais de perturbação comportamental ou fracas competências sociais, por haver uma forte relação entre estas duas variáveis e a linguagem (Hollo et al., 2014).

1.3.3 Relação das Aptidões Sociais e do Comportamento com Variáveis do Desenvolvimento e Sociodemográficas

Têm sido identificados vários fatores de risco que aumentam a probabilidade de a criança apresentar problemas de comportamento (externalizado ou internalizado) como o baixo peso à nascença, a prematuridade, o temperamento difícil do bebé (descrito pela mãe), o *stress* perinatal (Cambpell, 1995), e a presença de um atraso no desenvolvimento (Marquis & Baker, 2014).

Entre as variáveis sociodemográficas, o baixo nível socioeconómico e de escolaridade da mãe, o abuso de substâncias por parte desta e problemas de saúde mental do pai ou da mãe associaram-se com a presença de problemas de comportamento na criança, bem como nas relações interpessoais (Carneiro, 2016). O sexo da criança poderá ter também influência, já que os rapazes têm sido descritos

como apresentando mais problemas de externalização e as raparigas de internalização (e.g., Campbell, 1995; Carneiro, 2016), e as mães reportam mais competências sociais e de auto-controlo nas filhas do que nos filhos (Marin, Piccini, Gonçalves, & Tudge, 2012).

A propósito da idade da criança, uma revisão da literatura de Campbell (1995) refere que os problemas de comportamento identificados durante a idade pré-escolar tendem a manter-se ao longo do tempo. Da mesma forma, no que diz respeito às aptidões sociais, estas parecem manter-se estáveis no tempo, designadamente durante a idade pré-escolar (3-5 anos) (Santos, Vaughn, Peceguina, Daniel, & Shin, 2014).

Apesar de sair fora do âmbito deste ponto, refira-se que a presença de dificuldades na relação conjugal constitui um fator que se correlaciona de forma consistente com a presença de problemas de comportamento na criança (e.g., Campbell, 1995; Carneiro, 2016).

1.4 *Stress* Parental, Aptidões Sociais, Comportamento da Criança e Problemas de Linguagem

Na revisão de literatura realizada não foram encontrados estudos que abordem de forma específica a relação do *stress* parental com as aptidões sociais e o comportamento da criança quando há a presença de uma perturbação da linguagem. Contudo, conforme se explicitará em seguida, alguns estudos referem a relação entre o *stress* e o comportamento no caso das perturbações do neurodesenvolvimento (e entre eles muito poucos integram a perturbação da linguagem).

Woodman, Mawdsley, e Hauser-Cram (2015), num estudo que explora a relação entre o *stress* parental e o comportamento de crianças e jovens (dos 3 aos 18 anos) com uma perturbação do desenvolvimento, verificaram que os comportamentos internalizados se associaram com o *stress* parental em todas as idades, exceto aos 5 anos, e que há uma relação recíproca entre as duas variáveis. No que diz respeito aos comportamentos externalizados, os autores identificaram apenas um efeito unidirecional, sendo que quanto maior a prevalência destes comportamentos, maior o nível de *stress* materno, exceto entre os 5 e os 7 anos. Para justificar a ausência de uma relação entre as duas variáveis nestas idades, os autores colocam como hipótese que os pais tenham a crença de que os comportamentos externalizados são “normais” para a idade, ou então que, como os programas de intervenção nas escolas são sempre

mais focados nos comportamentos de externalização, eles contribuíam para que haja uma diminuição destes comportamentos e, assim, uma menor preocupação por parte dos pais (Woodman et al., 2015).

Num estudo com grupos de pais de crianças diagnosticadas com síndrome de Down, com uma deficiência motora ou com uma perturbação do desenvolvimento, foi avaliado o bem-estar dos pais (medidas de *stress* parental, sintomas depressivos e eficácia parental), a qualidade da relação conjugal e o comportamento da criança (Kersh, Hedvat, Hauser-Cram, & Warfield, 2006). Os resultados mostraram que, quanto mais problemas de comportamento a criança apresentava, maior o nível de *stress* do pai e da mãe, e menor a eficácia nas mães (Kersh et al., 2006). Num outro estudo com crianças dos 3 aos 12 anos, com diagnóstico de perturbação do neurodesenvolvimento (perturbação do espectro de autismo, perturbação de hiperatividade com déficit de atenção, perturbação específica da aprendizagem ou perturbação da linguagem), demonstrou-se que ocorre uma associação entre o *stress* parental (resultado global) e os problemas de comportamento de tipo externalizado (Craig et al., 2016). Especificamente no que diz respeito à perturbação da linguagem, os resultados mostraram que o *stress* da mãe está positivamente correlacionado com o comportamento (externalizado e internalizado) da criança (Craig et al., 2016).

Numa investigação dirigida para os efeitos de um programa de intervenção (*Happy Parenting*) para pais de crianças (dos 2 aos 5 anos) com uma perturbação do desenvolvimento (autismo, hiperatividade com déficit de atenção ou atraso de linguagem), cujo objetivo era a redução do *stress* parental, a promoção de práticas parentais positivas e a aprendizagem de estratégias para lidar com desafios da parentalidade, mais especificamente com os problemas de comportamento da criança (Leung, Chan, Lam, Yau, & Tsang, 2016), verificou-se que tanto os problemas de comportamento como o nível de *stress* parental diminuíram após a intervenção, e que a diminuição de estratégias educativas negativas mediou o impacto do programa na alteração do comportamento das crianças. Uma vez que, como se referiu anteriormente, quer o comportamento da criança quer o *stress* parental estão relacionados com o desenvolvimento da linguagem, é possível que este tipo de programas de intervenção possa ter um impacto nas próprias competências linguísticas da criança.

Da revisão de literatura apresentada decorre que quer o *stress* experimentado no desempenho do papel parental, quer o modo como os pais avaliam o comportamento e as aptidões sociais da criança se associam com problemas de linguagem, não se tendo acedido a estudos que relacionem de forma específica o *stress* parental e o comportamento e aptidões sociais quando as crianças-alvo apresentam um problema de linguagem, e mais ainda quando têm idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, o que enfatiza a pertinência da presente investigação.

2. Objetivos e Hipóteses

Os objetivos e hipóteses definidos para a presente investigação foram os seguintes:

- (1) caracterizar o *stress* parental e a perceção materna das aptidões sociais e do comportamento da criança, num grupo de mães de crianças com um Problema de Linguagem (PL), com base no sexo e idade das crianças;
- (2) determinar se há variação no *stress* parental, nas aptidões sociais e no comportamento da criança em função do tipo do PL (Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem, Atraso de Linguagem e Perturbação Fonológica), estimando-se que ocorram diferenças no *stress* parental, nas aptidões sociais e no comportamento com base no tipo de PL - as mães das crianças com uma Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem distinguem-se das mães das crianças de, pelo menos, um dos outros grupos, referindo mais *stress* parental e níveis mais elevados de problemas de comportamento e mais baixos de aptidões sociais (H1);
- (3) analisar a relação do *stress* materno com as aptidões sociais e o comportamento da criança, no grupo de mães de crianças com uma PL, prevendo-se que exista uma associação do *stress* materno com o comportamento (positiva), pelo menos externalizado (H2a), e com as aptidões sociais (negativa) (hipótese exploratória - H2b);
- (4) analisar a relação do *stress* parental, das aptidões sociais e do comportamento com variáveis maternas - sociodemográficas (nível de escolaridade e classe social) e preocupações com o comportamento da criança, prevendo-se que as mães com uma escolaridade e classe social mais baixas refiram mais *stress* parental (H3a) e identifiquem na criança níveis mais baixos de aptidões sociais e mais altos de problemas de comportamento (H3b), colocando-se ainda as hipóteses exploratórias que estimam uma relação entre a presença de preocupações com o comportamento da criança e o *stress* parental (H3c), as aptidões sociais e o comportamento (H3d).

3. Método

3.1 Participantes

3.1.1 Mães

Participaram no presente estudo 36 mães com filhos com Problemas de Linguagem (PL), especificamente Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem - mista ou expressiva -, Atraso de Linguagem e Perturbação Fonológica. As idades das participantes situaram-se entre os 25 e os 47 anos, sendo a média 35.92 ($DP = 5.95$).

A maioria das mães - 75% - era casada ou vivia em união de facto; 19.4% estavam separadas ou divorciadas e 5.6% solteiras. No que diz respeito ao número de filhos, 30.6% das mães tinham apenas um filho, 47.2% tinham dois e as restantes (22.2%) tinham três ou mais filhos.

No Quadro 1 estão descritas as frequências e percentagens relativas ao nível de escolaridade das mães. A maioria tinha 9 ou mais anos de escolaridade (3º Ciclo) e destas um quarto concluíra o ensino superior.

Quadro 1

Nível de Escolaridade das Mães – Frequências (f) e Percentagens (%)

	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
f	2	5	10	10	9
(%)	(5.6)	(13.9)	(27.8)	(27.8)	(25)

$N = 36$

Em relação à situação laboral, 63.9% das mães estavam empregadas, 27.8% encontravam-se numa situação de desemprego e as 8.3% restantes eram domésticas.

No Quadro 2 são apresentadas as frequências e percentagens que dizem respeito à classe social das mães. Salienta-se que metade das mães pertencia às classes média-baixa e média.

Quadro 2*Classe Social das Mães – Frequências (f) e Percentagens (%)*

	Baixa	Média Baixa	Média	Média Alta	Alta
f	6	11	7	10	2
(%)	(16.7)	(30.6)	(19.4)	(27.8)	(5.6)

N = 36

Do Quadro 3 constam as frequências e percentagens relativas ao tipo de família, constatando-se que a maioria das mães (63.9%) pertencia a uma família nuclear.

Quadro 3*Tipo de Família – Frequências (f) e Percentagens (%)*

	Nuclear	Nuclear Alargada	Monoparental Feminina	Reconstruída	Alargada
f	23	5	5	1	2
(%)	(63.9)	(13.9)	(13.9)	(2.8)	(5.6)

N = 36

No que diz respeito às preocupações maternas, 97.2% das participantes referiram preocupações com a linguagem dos filhos, 33.3% com o comportamento, 11.1% com o sono e 8.3% com a alimentação.

3.1.2 Crianças-Alvo

Em relação às crianças-alvo, 28 eram do sexo masculino (77.8%) e 8 do sexo feminino (22.2%). As suas idades variavam entre os 3 e os 6 anos, sendo a média 4.69 anos ($DP = .95$).

Em relação à gravidez, em 75% dos casos ela decorreu sem problemas e em 25% com problemas, constituindo exemplos destes últimos os problemas emocionais (e.g., ansiedade) da mãe e ter crises epiléticas, contrações antes do tempo, e suspeita de problemas com o feto. É ainda de referir que a gravidez foi vigiada apenas em

58.3% dos casos. O tempo de gestação variou entre as 34 e as 41 semanas, sendo que em 11.1% dos casos o parto foi pré-termo. Das 36 crianças, 30 (83.3%) foram amamentadas pela mãe, variando o tempo de amamentação entre um e 60 meses.

Todas as crianças-alvo apresentavam no momento atual um PL com diagnóstico estabelecido – 36.1% tinham uma Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem (mista ou expressiva), 30.6% uma perturbação fonológica e 33.3% um Atraso de Linguagem. Para além do problema de linguagem, quatro crianças (11.1%) apresentavam um atraso global do desenvolvimento, havendo ainda oito crianças com um diagnóstico de doença somática. Mais de um quarto das crianças (27.8%) tomava medicação (e.g., para epilepsia, problemas respiratórios, problemas do comportamento).

Quanto ao desenvolvimento da linguagem, a verbalização das primeiras frases decorreu entre os 12 e os 48 meses, havendo uma criança que ainda não adquiriu esta competência.

Em relação ao equipamento escolar, a maioria das crianças - 63.9% - frequentava o jardim de infância; das restantes, 5.6% estavam na creche, 19.4% na pré-primária, 8.3% no 1º ano e uma criança não frequentava qualquer equipamento, estando em casa com a mãe (2.8%).

A maior parte das crianças-alvo tinha pelo menos um apoio (63.9%). No Quadro 4 estão discriminadas as frequências e percentagens dos tipos de apoio, sendo que algumas criança tinham dois ou mais apoios simultaneamente.

Quadro 4

Tipo de Apoio – Frequências (f) e Percentagens (%)

	Terapia da Fala	Intervenção Precoce	Ensino Especial	Terapia Ocupacional	Apoio Psicológico
f	20	10	5	1	1
(%)	(86.96)	(43.48)	(21.74)	(4.35)	(4.35)

N = 23

Salienta-se que, conforme o esperado, a Terapia da Fala é o apoio mais frequente, seguido de Intervenção Precoce e Ensino Especial.

3.2 Instrumentos

3.2.1 Índice de *Stress* Parental

Para medir o nível de *stress* experimentado pelas mães no desempenho do papel parental recorreu-se à adaptação portuguesa do *Parenting Stress Index* (PSI) de Abidin (1995), desenvolvida por S. Santos, e denominada Índice de Stress Parental (ISP) (Abidin & Santos, 2014). O ISP tem como objetivo avaliar a intensidade do *stress* que ocorre no sistema pais-criança (Abidin, 1995; Abidin & Santos, 2014; ver também Santos, 2008).

Este questionário é composto por 108 itens, com uma escala de resposta tipo *Likert* de 5 pontos (de *concordo completamente* a *discordo completamente*), incluídos em dois domínios – Criança e Pais. O Domínio da Criança remete para aspetos relacionados com as características da criança e é composto por sete subescalas – Distração/Hiperatividade, Reforço aos Pais, Humor, Aceitação, Maleabilidade de Adaptação, Exigência e Autonomia (Abidin & Santos, 2014). Esta última subescala, nova na versão portuguesa do PSI, não foi usada neste estudo dada a sua baixa precisão. Já o Domínio dos Pais inclui sete subescalas que pretendem avaliar as características das figuras parentais e variáveis do meio familiar que estão relacionadas com a capacidade de lidar com as tarefas e exigências parentais (Abidin & Santos, 2014). As subescalas deste Domínio são as seguintes: Sentido de Competência, Vinculação, Restrição do Papel, Depressão, Relação com Marido/Mulher, Isolamento Social e Saúde (Abidin & Santos, 2014). O instrumento inclui ainda uma escala opcional – *Stress* de Vida -, com 24 itens (de resposta “Sim/Não”). Esta última escala não foi integrada no presente estudo.

O ISP permite obter resultados por subescala, por Domínio e para o Total; quanto mais elevado o resultado, maior o nível de *stress*. A adaptação portuguesa do instrumento apresenta uma boa consistência interna, sendo o alfa de Cronbach elevado para os dois Domínio - dos Pais (.89) e da Criança (.91) - e para o Total (.94) (Abidin & Santos, 2014).

3.2.2 Escalas de Comportamento para a Idade Pré-Escolar – 2ª Edição

Para avaliar o comportamento e aptidões sociais da criança foi utilizada a versão portuguesa do instrumento *Preschool and Kindergarten Behavior Scales* –

Second Edition (PKBS-2; Merrell, 2002), designada Escalas de Comportamento para a Idade Pré-Escolar – 2ª Edição (ECIP-2; Major, 2007, 2011; Major & Seabra-Santos, 2014b), e que é dirigida para crianças entre os 3 e os 6 anos de idade, em contexto de jardim de infância ou familiar.

Estas Escalas contêm 89 itens (35 para as aptidões sociais e 54 para o comportamento), com uma escala de resposta tipo *Likert* de 4 pontos (de *nunca* a *muitas vezes*). A Escala de Aptidões Sociais (EAS) integra três subescalas - cooperação/ajustamento social, interação social/empatia e independência social/assertividade -, e a Escala de Problemas de Comportamento (EPC) compreende os problemas de comportamento externalizados (com três subescalas – antissocial/agressivo, excesso de atividade/desatenção e oposição/explosivo) e internalizados (com duas subescalas – isolamento social e ansiedade/queixas somáticas) (Major, 2007, 2011; Major & Seabra-Santos, 2014b). A consistência interna (coeficiente alfa de Cronbach) da ECIP-2 para uma amostra de pais é elevada, com valores de .88 para a EAS, .94 para Comportamentos Externalizados e .86 para os Comportamentos Internalizados (Major, 2011).

3.2.3 Ficha de Recolha de Informação

No presente estudo foi utilizada uma Ficha de Recolha de Informação, criada no âmbito de uma investigação, em curso, entre o Centro de Desenvolvimento do Hospital Dona Estefânia (CD-HDE) e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL), que incide no atraso global do desenvolvimento e no seu impacto. Esta Ficha é composta por quatro partes: (1) dados relativos ao problema (diagnóstico), (2) informação sociodemográfica da mãe (e.g. idade, nível de escolaridade, profissão) e da criança (e.g., sexo, idade, contexto escolar), (3) dados relativos ao percurso e desenvolvimento da criança (e.g., intercorrências durante a gravidez, problemas de sono, marcos de linguagem, adaptação ao contexto escolar) e (4) preocupações atuais que a mãe tem com a criança (e.g., desenvolvimento, linguagem, comportamento).

3.3 Procedimento

O presente estudo enquadra-se na investigação mais alargada acima referida, a decorrer no CD-HDE, em parceria com a FPUL, e tem como tema central os problemas de linguagem. A recolha de dados da amostra foi realizada entre Janeiro e

Maio de 2018, no CD-HDE, após ter sido solicitada a participação de todas as mães cujos filhos apresentassem um problema de linguagem e uma idade compreendida entre os 3 e os 6 anos (critérios de inclusão no estudo). Embora inicialmente se tenha previsto incluir apenas crianças entre os 3 e os 5 anos, optou-se por integrar também algumas crianças com 6 anos feitos há pouco tempo, dada a dificuldade na recolha da amostra, com as características previstas, em tempo útil. As mães que aceitaram participar assinaram um termo de consentimento informado. Na maioria dos casos, o preenchimento dos instrumentos utilizados (Ficha de Recolha de Informação, Índice de *Stress* Parental e Escalas de Comportamento para a Idade Pré-escolar) requereu dois encontros de 45 minutos. Dado que muitas participantes demonstraram dificuldade na leitura/compreensão dos itens dos vários instrumentos, ou no registo da sua resposta, optou-se por, nestes casos, fazer a leitura dos itens em volta alta, dando as mães uma resposta oral aos mesmos (em lugar de escrita), que era depois registada pela investigadora. No caso das mães sem dificuldades na leitura/compreensão e registo, o preenchimento das folhas de resposta foi realizado pelas mesmas, embora sempre de forma presencial. No final do primeiro encontro foi solicitado às mães que entregassem aos educadores das crianças um exemplar do ECIP-2, sendo este devolvido posteriormente, após preenchimento. Nem todos os educadores procederam a esta devolução, tendo-se optado por não incluir estes resultados no presente estudo.

3.4 Procedimentos Estatísticos

No tratamento estatístico dos dados recorreu-se à estatística descritiva para a obtenção da média, desvio-padrão, e valores mínimos e máximos, ou valores de frequências e percentagens, conforme o tipo de variáveis (contínuas ou categoriais). Com o objetivo de determinar o grau de associação entre variáveis, foram utilizados os coeficientes de Pearson (associação entre variáveis contínuas), de Spearman (associação entre variáveis contínuas e ordinais) e bisserial por pontos (associação entre variáveis contínuas e dicotómicas). Para a análise comparativa de grupos, foi usada estatística não paramétrica - teste de Mann-Whitney para a comparação de 2 grupos e teste de Kruskal-Wallis para a comparação de 3 grupos.

O programa utilizado para a análise dos dados foi o SPSS (v.24, SPSS Inc., Chicago, IL).

4. Resultados

4.1 Caracterização do *Stress* Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento em Função do Sexo e Idade da Criança

Em seguida apresenta-se a análise dos resultados referentes ao *stress* parental (ISP) e às aptidões sociais e comportamento (ECIP-2) em função do sexo (Quadro 5) e da idade da criança (Quadro 6). Relativamente a esta última variável, foram constituídos dois grupos: 3-4 anos ($n = 13$) e 5-6 anos ($n = 23$). De notar que, para cada dimensão considerada, apenas se exploram os resultados ao nível das subescalas respetivas quando se obtém um resultado significativo para essa dimensão.

Quadro 5

Stress Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função do Sexo da Criança (Teste de Mann-Whitney)

	Média das Ordens		U	<i>p</i>
	Masculino	Feminino		
<i>Stress Parental</i>				
Domínio da Criança	18.70	17.81	106.50	.834
Domínio dos Pais	20.63	11.06	52.50	.024
<i>Aptidões Sociais e Comportamento</i>				
Aptidões Sociais	17.52	21.94	84.50	.294
Comportamento Externalizado	18.48	18.56	115.50	.985
Comportamento Internalizado	20.02	13.19	69.50	.105

$n_{\text{masculino}} = 28$, $n_{\text{feminino}} = 8$

Como se pode observar no Quadro 5, para o *stress* parental obtêm-se resultados significativos em função do sexo apenas para o Domínio dos Pais, sendo as médias das ordens mais elevadas para as mães dos rapazes. A exploração dos resultados respeitantes às subescalas que integram este Domínio sugere que são significativos os resultados para as subescalas Restrição de Papel (M_{ordens} Masculino = 21.18, M_{ordens} Feminino = 9.13, $U = 37.00$, $p = .004$) e Relação Marido/Mulher (M_{ordens} Masculino = 20.71, M_{ordens} Feminino = 10.75, $U = 37.00$, $p = .018$).

Passando agora às aptidões sociais e ao comportamento (Quadro 5), salienta-se que não se obtêm resultados estatisticamente significativos em função do sexo da

criança. Apesar disso, as mães de raparigas apresentam resultados um pouco mais altos nas Aptidões Sociais e as mães de rapazes resultados um pouco mais elevados no Comportamento Internalizado.

No que diz respeito à análise em função da idade da criança (Quadro 6), para o *stress* parental observa-se mais uma vez um resultado significativo no Domínio dos Pais, obtendo as mães das crianças mais velhas (5-6 anos) resultados mais altos.

Quadro 6

Stress Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função da Idade da Criança (Teste de Mann-Whitney)

	Média das Ordens		U	<i>p</i>
	3-4 anos	5-6 anos		
<i>Stress Parental</i>				
Domínio da Criança	20.58	17.33	122.50	.374
Domínio dos Pais	13.81	21.15	88.50	.044
<i>Aptidões Sociais e Comportamento</i>				
Aptidões Sociais	17.52	21.94	84.50	.294
Comportamento Externalizado	18.48	18.56	115.50	.985
Comportamento Internalizado	20.02	13.19	69.50	.105

$n_{3-4anos} = 13$, $n_{5-6anos} = 23$

A exploração dos resultados ao nível das subescalas do Domínio respetivo indica que é significativo o resultado para a subescala Relação Marido/Mulher (M_{ordens} 3-4 anos = 13.69, M_{ordens} 5-6 anos = 21.22, $U = 87.00$, $p = .039$), sendo ainda marginalmente significativos os resultados referentes às subescalas Isolamento Social (M_{ordens} 3-4 anos = 14.54, M_{ordens} 5-6 anos = 20.74, $U = 98.00$, $p = .088$) e Saúde (M_{ordens} 3-4 anos = 14.42, M_{ordens} 5-6 anos = 20.80, $U = 96.50$, $p = .078$).

Relativamente às aptidões sociais e ao comportamento (Quadro 6), não se alcançam resultados significativos, ainda que as mães das crianças mais novas tenham resultados um pouco mais elevados no Comportamento Internalizado, e as mães de crianças mais velhas resultados um pouco superiores nas Aptidões Sociais.

4.2 Análise do *Stress* Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento com Base no Tipo de Problema de Linguagem da Criança

No Quadro 7 estão descritos os resultados referentes à análise do *stress* materno e das aptidões sociais e comportamento da criança em função do tipo de problema de linguagem – Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem (PDL), Atraso de Linguagem (AL) ou PF (Perturbação Fonológica).

Quadro 7

Stress Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) em Função do Tipo de Problema de Linguagem da Criança (Teste de Kruskal-Wallis)

	Média das Ordens			χ^2	p
	PDL	AL	PF		
<i>Stress Parental</i>					
Domínio da Criança	23.12	18.96	12.55	6.04	.049
Domínio dos Pais	19.46	17.42	18.55	.24	.889
<i>Aptidões Sociais e Comportamento</i>					
Aptidões Sociais	12.85	20.96	22.50	6.01	.050
Comportamento Externalizado	19.58	18.29	17.45	.25	.883
Comportamento Internalizado	19.23	14.79	21.68	2.56	.278

Nota. PDL - Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem; AL - Atraso de Linguagem; PF - Perturbação Fonológica

$n_{PDL}=13$, $n_{AL}=12$, $n_{PF}=11$

Como se observa no Quadro 7, no que diz respeito ao *stress* da mãe obtém-se um resultado significativo apenas no Domínio da Criança, tendo as mães das crianças com PDL uma média mais elevada. Os testes *post-hoc* do Kruskal-Wallis permitem verificar que as mães cujos filhos apresentam uma PDL têm um resultado significativamente superior ao daquelas cujos filhos apresentam uma PF ($p = .043$).

A exploração dos resultados para as subescalas do Domínio da Criança mostra que são significativos os resultados para as subescalas Distração-Hiperatividade (M_{ordens} PDL = 20.85, M_{ordens} PF = 11.32, M_{ordens} AL = 22.54, $\chi^2 = 7.56$, $p = .023$) e Maleabilidade de Adaptação (M_{ordens} PDL = 26.27, M_{ordens} PF = 14.73, M_{ordens} AL = 13.54, $\chi^2 = 11.25$, $p = .004$). A análise dos testes *post-hoc* para estas subescalas

indica que são significativas as diferenças entre PF-AL ($p = .032$) no caso da primeira subescala, e entre PDL-AL ($p = .007$) e PDL-PF ($p = .022$) no caso da segunda. Nesta sequência, é de referir que há alguma diversidade nos resultados conforme eles são considerados no seu conjunto - Domínio da Criança - ou face às subescalas significativas deste Domínio.

Obtêm-se ainda um resultado significativo em relação às Aptidões Sociais (Quadro 7), alcançando as mães das crianças com uma PDL uma média das ordens mais baixa. Os testes *post-hoc* mostram que este resultado decorre da comparação PDL-PF ($p = .075$), sendo o resultado marginalmente significativo; as mães das crianças com PF obtêm uma média mais elevada.

A exploração ao nível das subescalas da dimensão Aptidões Sociais, permite verificar que são significativos os resultados para as subescalas Interação Social/Empatia ($M_{ordens} \text{ PDL} = 12.42$, $M_{ordens} \text{ PF} = 20.32$, $M_{ordens} \text{ AL} = 23.42$, $\chi^2 = 7.36$, $p = .025$) e Independência Social/Assertividade ($M_{ordens} \text{ PDL} = 12.31$, $M_{ordens} \text{ PF} = 21.32$, $M_{ordens} \text{ AL} = 22.63$, $\chi^2 = 7.17$, $p = .028$). A análise dos testes *post-hoc* para estas subescalas indica que os resultados significativos a elas associados decorrem da comparação PDL-AL, quer para a subescala Interação Social/Empatia ($p = .026$), quer para a subescala Independência Social/Assertividade ($p = .042$). Nesta sequência, é de referir que há, mais uma vez, diversidade nos resultados conforme eles são considerados no seu conjunto - Aptidões Sociais - ou face às subescalas significativas desta dimensão.

4.3 Correlação do *Stress* Parental com as Aptidões Sociais e o Comportamento da Criança

Do Quadro 8 constam os resultados decorrentes do estudo correlacional do *stress* parental com as aptidões sociais e o comportamento da criança.

Observa-se que o Domínio da Criança (*Stress* Parental) se correlaciona negativa e significativamente com as Aptidões Sociais. Este Domínio está ainda correlacionado positiva e significativamente com os Problemas de Comportamento Externalizados.

Quadro 8

Correlação entre Stress Parental (ISP), Aptidões Sociais e Comportamento da Criança (ECIP-2)

	Aptidões Sociais e Comportamento		
	Aptidões Sociais	C. Externalizado	C. Internalizado
<i>Stress Parental</i>			
Domínio da Criança	-.57***	.69***	.20
Domínio dos Pais	-.07	.06	-.06

 $p < .001$

Considerando os resultados significativos obtidos, explorou-se a análise das correlações ao nível das subescalas, especificamente as correlações das subescalas do Domínio da Criança com as subescalas relativas às Aptidões Sociais e ao Comportamento de tipo externalizado, resultados que são apresentados no Quadro 9.

Quadro 9

Correlação entre as subescalas do Domínio da Criança (ISP) e as Subescalas das Aptidões Sociais e do Comportamento de Tipo Externalizado (ECIP-2)

	Aptidões Sociais			Comportamento		
	Coop.	Intera.	Indep.	Antisoc.	ExcAtiv.	Opos
<i>Domínio Criança (SP)</i>						
Distração/Hiperativ.	-.66***	-.11	-.02	.39*	.65***	.38*
Reforço aos Pais	-.24	.19	.12	.44**	.32††	.23
Humor	-.56***	-.18	-.26	.60***	.58***	.59***
Aceitação	-.55***	-.02	-.10	.57***	.70***	.44**
Maleab. de Adaptação	-.31†	-.54***	-.63***	.18	.41*	.33*
Exigência	-.18	-.09	-.33*	.11	.36*	.20

Nota. SP – stress parental, *Coop.* - cooperação/ajustamento social, *Intera.* - interação social/empatia, *Indep.* - independência social/assertividade, *Antisoc.* - antissocial/agressivo, *Exc. Ativ.* - excesso de atividade/desatenção, *Opos.* - oposição/explosivo

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$, † $p = 063$, †† $p = 059$

Sobressai que ocorrem correlações significativas (positivas) do *stress* parental (subescalas do Domínio da Criança) com a quase totalidade das subescalas relativas ao Comportamento Externalizado, designadamente Antissocial/Agressivo (com exceção da Maleabilidade de Adaptação e Exigência), Excesso de Atividade/Desatenção (ainda que a correlação com a subescala Reforço aos Pais seja marginalmente significativa) e Oposição/Explosivo (com exceção das subescalas Reforço aos Pais e Exigência). Face às aptidões sociais, ocorrem correlações significativas (negativas) sobretudo com a Cooperação/Ajustamento Social (com exceção das subescalas Reforço aos Pais e Exigência, sendo marginalmente significativa a correlação com a Maleabilidade de Adaptação). Observam-se ainda correlações significativas da Maleabilidade de Adaptação com a Interação Social/Empatia, e com a Independência Social/Assertividade, bem como desta última com a subescala Exigência.

4.4 Correlação do *Stress* Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento com Variáveis Sociodemográficas e Preocupações Maternas

Apresentam-se a seguir os resultados referentes à correlação de variáveis maternas, sociodemográficas – nível de escolaridade (NE) e classe social (CS) - e relativas às preocupações com o comportamento da criança (1 - ausência/2 - presença de preocupações), quer com o *Stress* materno (ISP), quer com as Aptidões Sociais e Comportamento (ECIP-2) (Quadro 10).

Salienta-se que o NE da mãe, não se correlaciona de forma significativa com nenhuma das variáveis, mas a Classe Social apresenta uma correlação negativa e significativa com o Domínio da Criança. A exploração das correlações entre as subescalas deste Domínio e a Classe Social mostra que ocorrem correlações significativas com as subescalas Distração/Hiperatividade ($-0.42, p = .010$) e Reforço aos Pais ($-0.49, p = .003$), obtendo-se ainda um resultado marginalmente significativo para a Exigência ($-0.29, p = .082$).

No que diz respeito às correlações com as Preocupações Maternas com o comportamento da criança (Quadro 10), observa-se uma correlação significativa com o Domínio da Criança (positiva) e marginalmente significativa com o Domínio dos Pais (positiva).

Quadro 10

Correlação dos Resultados do ISP e do ECIP-2 com as Variáveis Maternas - Sociodemográficas e Preocupações com o Comportamento

	Variáveis Sociodemográficas		Preocupações com Comportamento
	NE	CS	
<i>Stress Parental</i>			
Domínio da Criança	-.28	-.34*	.53***
Domínio dos Pais	-.06	-.04	.31†
<i>Aptidões Sociais e Comportamento</i>			
Aptidões Sociais	.25	.21	-.41*
Comportamento Externalizado	.04	.03	.46**
Comportamento Internalizado	.11	.28	.06

Nota. NE – Nível de Escolaridade da mãe, CS – Classe Social

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$, † $p = .065$

A exploração das correlações ao nível das subescalas de ambos os Domínios, mostra que ocorrem correlações positivas e estatisticamente significativas com as subescalas Distração/Hiperatividade (.49, $p = .002$), Reforço aos Pais (.50, $p = .002$) e Aceitação (.69, $p < .001$) do Domínio da Criança, e com a subescala Depressão (.34, $p = .044$) do Domínio dos Pais, sendo ainda marginalmente significativas as correlações com as subescalas Sentido de Competência (.31, $p = .067$) e Restrição do Papel (.32, $p = .060$) deste Domínio.

Conforme se salienta no Quadro 10, as Preocupações maternas com o comportamento da criança correlacionam-se ainda com as Aptidões Sociais (negativa) e com o Comportamento Externalizado (positiva). A exploração ao nível das subescalas, indica que, face à primeira dimensão, há uma correlação negativa com a subescala Cooperação/Ajustamento Social (-.56, $p < .001$), observando-se, no caso da segunda dimensão, correlações positivas com as subescalas Antissocial/Agressivo (.40, $p = .016$) e Excesso de Atividade/Desatenção (.55, $p = .001$).

5. Discussão

Em seguida é apresentada a discussão dos resultados anteriormente expostos, realizada pela mesma ordem em que foram descritos os objetivos e hipóteses no ponto 2.

5.1 *Stress* Parental e Percepção Materna das Aptidões Sociais e do Comportamento com base em Variáveis da Criança

O primeiro objetivo do estudo incidiu na caracterização do *stress* parental e da percepção materna das aptidões sociais e do comportamento, com base no sexo e idade da criança. No que diz respeito ao *stress* materno, os resultados mostraram que este é significativamente superior quando os filhos são do sexo masculino, e também quando as crianças são mais velhas (5-6 anos *versus* 3-4 anos) estando nestes casos associado apenas a características das figuras parentais/do meio familiar (Domínio dos Pais). A exploração de áreas específicas de *stress* permitiu captar que, nos dois casos, contribui para este *stress* o facto de as mães se sentirem insatisfeitas na relação com o cônjuge/companheiro (subescala Relação Marido/Mulher), tendendo também as mães das crianças mais velhas a considerar como gerador de *stress* o facto de se sentirem mais isoladas socialmente (subescala Isolamento Social) e mais frágeis do ponto de vista da sua saúde física (subescala Saúde), devido ao desempenho do papel parental, sentindo-se ainda as mães dos rapazes mais restringidas nas suas vidas devido a este papel (subescalas Restrição de Papel).

No geral, os resultados enquadram-se nos de outros estudos que identificam níveis mais elevados de *stress* parental quando a criança apresenta um problema de linguagem (e.g., Craig et al., 2016; Hawa & Spanoudis, 2014; Schaunig et al., 2004). Acresce que eles são também concordantes com os de autores que reportam níveis mais elevados de *stress* parental nas mães dos rapazes (e.g., Scher & Sharabany, 2005), e indicam estes como sendo menos tolerantes do que as raparigas ao *stress* materno e mais vulneráveis do que elas aos efeitos deste *stress* (ver Davis & Emory, 1995; Hansen, Moller, & Olsen, 1999, citados por Harewood, Vallotton, & Brophy-Herb, 2017). Por sua vez, os resultados para as crianças mais velhas podem estar relacionados com o facto de a prevalência de problemas de linguagem ir decrescendo com a idade (ver Horwitz et al., 2003; Toppelberg & Shapiro, 2000), ou seja, com a natureza transitória que estes problemas muitas vezes apresentam, o que contribui

para que os profissionais de saúde (Busari & Weggelar, 2004) e, consequentemente, os pais os desvalorizem em certa medida, sobretudo em crianças no início da idade pré-escolar. Numa outra linha, é também possível que algumas das crianças mais velhas apresentem já algum tipo de problemas de comportamento, com maior probabilidade os rapazes, já que este tipo de problemas é mais frequente neles do que nas raparigas (e.g., Major & Seabra-Santos, 2014a), o que, a par do PL, poderia contribuir para incrementar o *stress* materno em áreas específicas (e.g., restrições na vida do dia a dia, isolamento social, pior saúde física devido ao desempenho do papel parental). De notar que o número claramente superior de rapazes da amostra (77.8%), concordante, aliás, com a maior prevalência dos problemas de linguagem neles, também poderá ser influente nos resultados. De referir ainda que o facto de as mães quer das crianças mais velhas, quer dos rapazes referirem mais *stress* decorrente da relação com o cônjuge poderá denotar que várias mães da amostra sentirão esta relação como insatisfatória, muito provavelmente por não ser suficientemente apoiante em termos das tarefas associadas com o papel parental, o que, a par do problema da criança, incrementará o *stress* materno. Tal deverá ser tido em conta no contexto clínico, uma vez que as dificuldades na relação conjugal se associam também, de forma consistente, com problemas de comportamento na criança (e.g., Campbell, 1995; Carneiro, 2016).

No que diz respeito às aptidões sociais e ao comportamento da criança, não foram obtidas diferenças estatisticamente significativas com base no sexo ou na idade. Os resultados são dissonantes dos obtidos por autores que encontram diferenças em função do sexo da criança quer para as aptidões sociais (e.g., Marin et al., 2012), quer para o comportamento (e.g., Campbell, 1995; Carneiro, 2016). Já no que diz respeito à idade, os resultados vão no mesmo sentido da literatura encontrada que aponta para a estabilidade, durante a idade pré-escolar, quer dos problemas de comportamento (Campbell, 1995), quer das aptidões sociais (Santos et al., 2014). É possível que se a amostra incluísse crianças com uma idade superior os resultados fossem distintos, uma vez que estudos com crianças-alvo com 6 ou mais anos (incluindo também adolescentes) identificaram problemas de externalização (e.g., Helland & Helland, 2017; Petersen et al., 2013) em crianças com diferentes tipos de problemas de linguagem.

5.2 *Stress* Parental, Aptidões Sociais e Comportamento da Criança em Função do Tipo de Problema de Linguagem

O segundo objetivo focava a potencial variação do *stress* parental e das aptidões sociais e comportamento da criança em função do tipo do Problema de Linguagem (Perturbação do Desenvolvimento da Linguagem – PDL, Atraso de Linguagem – AL, e Perturbação Fonológica - PF). Começando pelo *stress* parental, em termos de resultados globais evidenciou-se que as diferenças ocorreram ao nível do *stress* associado com características da criança (Domínio da Criança), captando-se, numa análise comparada do tipo de problemas de linguagem (testes *post-hoc*), que as mães das crianças com uma PDL, relativamente àquelas cujo(a) filho(a) tem uma PF, reportaram um nível mais elevado de *stress* parental decorrente das características da criança. Relativamente às áreas específicas de *stress* (subescalas), salientou-se que as mães das crianças com AL, comparativamente com as mães de crianças com uma PF, referem mais *stress* associado com características da criança que remetem para hiperatividade e um tempo curto de atenção (subescala Distração-Hiperatividade), considerando ainda as mães das crianças com uma PDL, comparativamente com as outras mães (de crianças com AL e PF) que os filhos têm mais dificuldade em se adaptar a mudanças (subescala Maleabilidade de Adaptação)

Para um melhor entendimento destes resultados devem ser tidos em conta os critérios de diagnóstico de cada um dos Problemas de Linguagem, recordados em seguida. Se numa PDL a dificuldade é na aquisição de vocabulário, na expressão de palavras e em alguns casos também na compreensão da linguagem (perturbação de tipo misto), na PF a criança compreende e tem vocabulário, manifestando apenas dificuldade na articulação das palavras, com troca ou omissão de alguns sons, o que, em geral, tem menos impacto na comunicação com o outro (APA, 2000, pp. 55-63; Brooks & Kempe, 2012). O AL, por sua vez, é descrito como um atraso na expressão e/ou compreensão da linguagem, porém não está relatado como patologia uma vez que não acarreta consequências suficientemente incapacitantes de forma a integrar a categoria de PDL (Busari & Weggelaar, 2004). Apesar de não haver, na revisão de literatura realizada, estudos que comparem, no *stress* parental, mães cujos filhos tenham estes três tipos de diagnóstico, sabe-se que quanto maior a dificuldade dos pais em comunicar com os filhos, maior o nível de *stress* experimentado (ver Craig et al., 2016; ver também Schaunig et al., 2004), pelo que seria de esperar que as mães de

crianças com uma PDL reportassem níveis de *stress* superiores aos daquelas cujos filhos apresentam uma PF ou um AL, o que se verificou.

Os resultados ao nível das subescalas poderão alertar para a importância de se atender a áreas especialmente geradoras de *stress* para as mães, em função de características específicas de funcionamento da criança, sendo as crianças com PDL as menos adaptáveis, de todas, a alterações no meio (físico e social), enquanto as crianças com AL parecem ter características comportamentais como agitação, distração, tempo de atenção curto, que geram mais *stress* nas mães, face às dos outros grupos (ainda que, como se referiu, só se atinja significância estatística para a comparação com as mães das crianças com PF). Coloca-se a hipótese de este resultado se dever ao facto de as crianças com uma PF, ao contrário das que têm um AL, apresentarem maior facilidade em comunicar necessidades e em compreender ordens, o que é facilitador da sua autonomização (Anzieu, 1979; Golse, 2007) e, possivelmente, suscita menos exigências percebidas pelas mães. É ainda de salientar que, no geral, os resultados vão ao encontro dos obtidos no estudo de Chaffee et al. (1991), no qual as competências linguísticas se associaram com o *stress* parental, mas apenas ao nível do Domínio da Criança.

No que diz respeito às aptidões sociais e ao comportamento, só foram obtidos resultados significativos para a primeira dimensão, os quais mostram que, de acordo com a perceção das mães, as crianças com uma PDL tendem a apresentar menos aptidões sociais do que aquelas com uma PF (Escala das Aptidões Sociais), e também do que as que apresentam um AL, quando a análise é feita ao nível das subescalas, mostrando as crianças com PDL, neste caso, pior desempenho em áreas como a interação e independência sociais (Subescalas Interação Social/Empatia e Independência Social/Assertividade). A investigação neste âmbito tem apontado que as crianças com capacidade para comunicar as suas necessidades podem mais facilmente regular os afetos negativos (Roben et al., 2013) e há uma relação entre baixas competências sociais e baixas competências linguísticas (Desmarais et al., 2008). Assim, é compreensível que, na linha dos resultados do presente estudo, quanto melhores as competências para comunicar – como acontece nas crianças com uma PF ou com um AL (face às crianças com PDL, com piores competências linguísticas) - melhores sejam as aptidões sociais relatadas pelas mães.

O facto de não terem sido observadas diferenças no comportamento (externalizado e internalizado) em função do tipo de problema de linguagem, é

coincidente com o relatado no estudo de Horwitz et al. (2003), no qual se verificou que as competências sociais, mais do que os problemas de comportamento, estão relacionadas com um baixo desenvolvimento da linguagem. No entanto, este dado diverge do referido por Fisher (2014) e por Hawa e Spanoudis (2014), que encontraram uma relação entre baixas competências de comunicação e uma maior prevalência de problemas de comportamento. De notar, contudo, que ambos os estudos integravam amostras apenas compostas por crianças com um AL.

A hipótese colocada, que previa diferenças no *stress* parental e nas aptidões sociais e comportamento com base no tipo de PL (H1 - objetivo 2), distinguindo-se as mães das crianças com uma PDL das mães das crianças de, pelo menos, um dos outros grupos (com referência a mais *stress* parental e a níveis mais elevados de problemas de comportamento e mais baixos de aptidões sociais) é em parte confirmada, uma vez que não se verificou o previsto face ao comportamento.

5.3 Relação do *Stress* Parental com as Aptidões Sociais e com o Comportamento da Criança

O terceiro objetivo deste estudo visou a relação do *stress* parental com as aptidões sociais e o comportamento da criança. Os resultados revelaram que um nível mais elevado de *stress* materno decorrente de características da criança (Domínio da Criança) se associa com a perceção de menos aptidões sociais e mais problemas de comportamento de tipo externalizado. Uma exploração ao nível das subescalas referentes a estas dimensões específicas (Domínio da Criança, Aptidões Sociais e Comportamento Externalizado), mostrou que quase todas as relações são significativas (ou marginalmente significativas), sobretudo no caso do comportamento, destacando-se face às aptidões sociais que a subescala Cooperação/Ajustamento Social é a que se associa com um maior número de subescalas do Domínio da Criança (sendo escassas as associações com a Interação Social/Empatia e Independência Social/Assertividade).

Como já foi referido, na revisão de literatura realizada não se acedeu a estudos que se tenham debruçado sobre a relação entre as variáveis em análise numa população de crianças com problemas de linguagem, existindo apenas alguns dirigidos a diagnósticos mais abrangentes (e.g., perturbação do neurodesenvolvimento). Acresce que estes estudos consideram somente o *stress* total (e não os Domínios), não abordando também a relação do *stress* parental com as

aptidões sociais da criança (unicamente com o comportamento). Porém, os resultados obtidos no presente estudo vão na mesma linha dos relatados em estudos conduzidos por Craig et al. (2016) e Kersh et al. (2006), os quais demonstraram que o *stress* da mãe se relaciona positivamente com o comportamento externalizado em amostras cujas crianças-alvo apresentam síndrome de Down, deficiência motora ou uma perturbação do neurodesenvolvimento. De notar, contudo, que nestes estudos se obteve uma relação não só com o comportamento externalizado, como com o internalizado, o que não se verificou agora. Uma possível explicação para o resultado obtido poderá prender-se com o facto de os comportamentos de externalização serem não só mais fáceis de identificar, como também mais comuns do que os de internalização, em crianças em idade pré-escolar (Campbell, 1995), faixa etária que abrange as crianças-alvo do presente estudo.

No que diz respeito à relação encontrada entre as aptidões sociais da criança e o *stress* materno, na presente amostra, embora não se tenha acedido, como se mencionou, a estudos que abordem esta relação, pode colocar-se a hipótese de que, como as crianças com problemas de linguagem e com menos aptidões sociais são mais dependentes do adulto, têm maior dificuldade em regular as emoções (Roben et al., 2013) e apresentam comportamentos desafiantes (Fisher, 2014), tal poderá contribuir para desafios acrescidos no âmbito da parentalidade e na relação com a criança, designadamente em termos de cooperação e ajustamento social (domínio das aptidões sociais que se relacionou com mais áreas de *stress* parental), incrementando assim o *stress* associado com as características da criança (Domínio da Criança).

Deste modo, a hipótese colocada, que previa uma associação positiva do *stress* materno com o comportamento, pelo menos externalizado (H2a), foi confirmada, o mesmo acontecendo com a hipóteses exploratória que estimava uma associação negativado do stress com as aptidões sociais (H2b).

5.4 Relação do *Stress* Parental, das Aptidões Sociais e do Comportamento da Criança com Variáveis Maternas

O quarto e último objetivo proposto prendeu-se com a relação do *stress* parental, das aptidões sociais e do comportamento da criança com variáveis maternas - sociodemográficas (nível de escolaridade e classe social) e preocupações com o comportamento da criança.

No que diz respeito às variáveis sociodemográficas, apenas a classe social se relacionou de forma significativa com o *stress* parental (Domínio da Criança), salientando-se que quanto mais baixa é a classe social da mãe, mais elevado é o *stress* associado com características da criança. A exploração ao nível das subescalas sugere que contribuem para este resultado três subescalas (uma delas apenas de forma tendencial), indicando que as mães de uma classe social mais baixa referem mais *stress* decorrente do comportamentos de distração e agitação das crianças (Distração/Hiperatividade), de estas tenderem a ser mais exigentes (por exemplo, em termos de atenção) do que as mães esperavam (Exigência), e ainda do facto de as mães se sentirem pouco reforçadas no desempenho do papel parental (Reforço aos Pais). Os resultados vão na linha dos referidos por McLoyd (1998) e Perkins et al. (2013), que encontraram uma associação negativa entre o nível socioeconómico e o *stress* parental, apesar de não ser a mesma variável que está em causa. Ainda no âmbito da classe social, neste estudo não se obtiveram resultados significativos para a relação com as outras dimensões analisadas, o que é contrário ao referido no trabalho de Carneiro (2016) em que se identifica que quanto mais baixa a classe social, menos aptidões sociais e mais problemas de comportamento são reportados pelas mães.

A ausência de resultados significativos face ao nível de escolaridade também não é concordante com outros estudos em que o nível educacional da mãe (baixo) se associou quer com mais *stress* materno (Perkins et al., 2013), quer com a presença de problemas de comportamento e na relação da criança com os pares (Carneiro, 2016).

É de referir que, em geral, a não obtenção de resultados significativos se poderá dever, pelo menos em parte, à distribuição pouco equitativa dos participantes da amostra pelos vários níveis das variáveis, sobretudo no que diz respeito à escolaridade das mães, já que a maioria tem 9 ou mais anos de escolaridade, e nos níveis inferiores há um número muito menor de participantes por nível. A dimensão reduzida da amostra é passível de constituir um fator justificativo adicional.

Face às preocupações maternas com o comportamento, os resultados mostraram que as mães que referem este tipo de preocupações reportam níveis mais elevados de *stress* parental associado com características quer das crianças, quer das mães (embora neste último caso o resultado seja marginalmente significativo), identificando ainda menos aptidões sociais na criança e mais problemas de comportamento externalizado. Com efeito, apenas não se verificou uma associação com os problemas de comportamento internalizado, o que não é inesperado uma vez

que, tal como referido anteriormente, este tipo de comportamento é menos visível e menos comum na idade pré-escolar (Campbell, 1995).

A exploração dos resultados ao nível das subescalas mostrou que, no caso do *stress* parental, contribuem para ele diversas subescalas dos dois Domínios, referindo as mães que têm preocupações com o comportamento da criança níveis mais elevados de *stress* associado com o facto de a criança apresentar comportamentos de agitação e distração (Distração/Hiperatividade), ter características diferentes do que as mães esperavam que dificultam a sua aceitação (Aceitação), sentindo-se também menos reforçadas no seu papel parental, face à sua expectativa (Reforço aos Pais), para além de se percecionarem como mais deprimidas devido ao papel parental (Depressão), e com tendência para se considerarem pouco competentes no desempenho deste papel (Sentido de Competência) e mais restringidas nas suas vidas devido a ele (Restrição do Papel). A exploração relativamente às subescalas referentes às aptidões sociais e ao comportamento externalizado, mostrou que as mães com preocupações com o comportamento da criança referem mais dificuldades desta ao nível da cooperação social (subescala Cooperação/Ajustamento Social), identificando também níveis mais elevados de comportamento agressivo (subescala Antisocial/Agressivo) e de atividade e desatenção (subescala Excesso de Atividade/Desatenção), o que reforça, neste último caso, os resultados para o *stress* parental referentes à subescala Distração/Hiperatividade. A análise das subescalas mostra, assim, que as preocupações maternas com o comportamento estão relacionadas não só com níveis mais elevados de *stress* (associado com características da criança e das mães), mas também com aptidões sociais pouco adequadas (numa das três subescalas) e sobretudo com mais problemas de comportamento de tipo externalizado (em duas das três subescalas), o que é compreensível já que as preocupações incidem precisamente sobre o comportamento da criança.

Das hipóteses que previam que as mães com uma escolaridade e classe social mais baixas refeririam mais *stress* parental (H3a) e identificariam na criança níveis mais baixos de aptidões sociais e mais altos de problemas de comportamento (H3b), foi confirmada a H3a em parte (uma vez que não se verificou a associação com a escolaridade), não se confirmando a H3b. Acresce que as hipóteses exploratórias colocadas foram confirmadas, uma vez que foi encontrada uma relação das preocupações com o comportamento quer com o *stress* parental (H3c), quer com as aptidões sociais e o comportamento (H3d)

6. Conclusão

Neste ponto são apresentadas as principais conclusões do presente estudo, que incidiu sobre o *stress* materno e as aptidões sociais e comportamento da criança, numa amostra clínica de crianças dos 3 aos 6 anos com um Problema de Linguagem (PL) diagnosticado, indicando-se também limitações do estudo e propostas para futuras investigações.

Os problemas de linguagem têm sido alvo de interesse por parte de investigadores de várias áreas. A presença de um PL, durante a infância, pode ter consequências no funcionamento pessoal, social e escolar da criança (APA, 2013), bem como a longo prazo no que diz respeito a pior desempenho escolar, menos competências linguísticas e mais problemas de comportamento (Johnson et al., 2010). Apesar de o tema em estudo ser de grande importância, ele tem sido alvo de pouca investigação quando as crianças têm idade pré-escolar, o que pode ser explicado tanto pela natureza transitória destes problemas numa percentagem elevada de casos, como pelas características das crianças desta faixa etária que, dada a fase de desenvolvimento em que se encontram, apresentam limitações na expressão e compreensão, limitações que são agravadas quando se está perante crianças com um PL, dificultando, todos estes aspetos, a investigação com as crianças, que vai ser, por isso, baseada na perspetiva subjetiva dos pais ou outros cuidadores (Lyons & Roulstone, 2018).

A caracterização do *stress* parental e das aptidões sociais e comportamento da criança em função do sexo e idade desta (contemplada no primeiro objetivo), mostrou que as mães dos rapazes e as das crianças mais velhas (5-6 anos) reportaram mais *stress* (Domínio dos Pais) do que as mães das raparigas e das crianças mais novas (3-4 anos), não se verificando resultados significativos para as aptidões sociais e o comportamento.

No que diz respeito ao potencial impacto diferencial do tipo de problema de linguagem nas dimensões em estudo (considerado no segundo objetivo), destacou-se que as mães das crianças com uma PDL têm níveis superiores de *stress* (Domínio da Criança) e percecionam os filhos como apresentando menos aptidões sociais do que mães de crianças com uma perturbação fonológica ou um atraso de linguagem.

A relação entre o *stress* parental e as aptidões sociais e comportamento (abordada no terceiro objetivo) conduziu a resultados sugestivos de que as mães que

reportam níveis mais elevados de *stress* parental (Domínio da Criança) identificam menos aptidões sociais e mais problemas de comportamento (de tipo externalizado) nas crianças. Estes resultados são inovadores já que, apesar do *stress* parental e da percepção materna das aptidões sociais e do comportamento da criança terem sido estudados face a crianças com um PL, a relação entre estas dimensões carecia de pesquisa, não se tendo acedido a estudos empíricos neste domínio.

Por último, analisou-se a relação das variáveis em estudo com variáveis maternas (integrada no quarto objetivo), especificamente sociodemográficas (nível educacional e classe social) e preocupações com o comportamento da criança. Os resultados mostraram que quanto mais baixa for a classe social, mais alto é nível de *stress* materno experimentado (Domínio da Criança). Relativamente às preocupações, salientou-se que as mães que mencionam ter preocupações com o comportamento da criança reportam mais *stress* parental (Domínio da Criança e Domínio dos Pais, mas neste último caso o resultado é apenas tendencial), bem como menos aptidões sociais e mais problemas de comportamento da criança (de tipo externalizado).

De referir que, das 7 hipóteses colocadas para este estudo, uma não se confirmou (H3b), confirmando-se as restantes na totalidade (H2a, H2b, H3c, H3d) ou em parte (H1, H3a).

Este estudo constitui um contributo válido, ao alargar a investigação na faixa etária referida, e mais ainda no que se prende com a relação entre as dimensões em estudo, a carecer de investigação no âmbito dos problemas de linguagem.

Da revisão de literatura realizada tinha emergido a complexidade que está subjacente a estes problemas, nem sempre valorizada, captando-se que diferentes fatores, biológicos, psicológicos, relacionais e sociodemográficos são suscetíveis de influenciar o impacto do PL nas crianças e nas mães, reforçando os resultados deste estudo a relevância de fatores associados com a relação mãe-criança, psicológicos e sociodemográficos.

Numa outra linha, os resultados sugerem a pertinência de, no contexto clínico, se proceder à avaliação das dimensões estudadas, com vista a captar o seu impacto e delinear as intervenções em consonância. Acresce que os resultados referentes às diferenças em função do tipo de PL, acentuam a relevância de se fazer um diagnóstico preciso que permita a implementação de intervenções que tenham em conta também o potencial impacto diferencial do tipo de PL, em termos de áreas de *stress* parental e no funcionamento social e comportamental da criança. Dado que níveis elevados de

stress parental podem repercutir-se negativamente nas práticas parentais, a intervenção deverá ter igualmente em consideração a necessidade de se identificar precocemente situações em que estas práticas se constituam como sendo de risco para o desenvolvimento socio-emocional e comportamental da criança de modo a que haja uma intervenção atempada com os cuidadores, focada na promoção de práticas parentais positivas, bem como na aprendizagem de estratégias para lidar com desafios da parentalidade, o que terá um impacto positivo na redução do *stress* parental e na diminuição dos problemas de comportamento da criança (ver Leung et al., 2016). Adicionalmente, as preocupações maternas deverão ser tidas em conta, captando-se neste estudo a importância das preocupações com o comportamento da criança. Contudo, é possível que outras preocupações, por exemplo, com o PL e as suas consequências, sejam igualmente influentes na relação mãe-criança. Num âmbito mais geral, é também crucial que haja um investimento na saúde mental das mães para proteger o bem-estar das crianças, ajudando a lidar com os conflitos familiares, encorajando a auto-reflexão e facilitando o desenvolvimento de laços emocionais com os filhos (Harmeyer et al., 2016; Vallotton et al., 2012). É ainda de salientar que a intervenção (preventiva ou remediativa) com crianças com um PL e suas famílias deve abranger todas as crianças, de todas as classes sociais (Raghavan et al., 2018), para que, no futuro, a classe social não tenha impacto, por si só, no bem-estar individual, como aparentemente se verificou no presente estudo ao nível do *stress* parental.

No que diz respeito às limitações deste estudo, podem ser destacadas a pequena dimensão da amostra, a grande disparidade entre o número de crianças do sexo masculino e do sexo feminino (não obstante tal ser consonante com a maior prevalência dos problemas de linguagem nos rapazes), a inclusão de algumas crianças-alvo que tinham completado 6 anos recentemente, não se integrando, assim, na chamada idade pré-escolar (procedimento que foi adotado, como se referiu no ponto relativo ao Procedimento, devido à dificuldade na recolha da amostra, com as características previstas, em tempo útil), podendo constituir também uma limitação o facto de não ter sido uniforme o procedimento relativo ao preenchimento do protocolo de investigação, já que, dadas as dificuldades de compreensão, de leitura e/ou de registo manifestadas por algumas participantes, a investigadora fez, nesses casos, a leitura dos itens em voz alto e/ou o registo da resposta na folha respetiva. É também de referir como limitação a inexistência de um grupo de controlo.

No futuro, seria importante a realização de estudos com amostras de maior dimensão e que incluíssem um grupo de controlo, comparando famílias de crianças com e sem um PL nas dimensões analisadas. Seria também pertinente alargar o estudo de modo a incluir outros informantes, como os pais e os educadores, para se obter uma visão mais completa do impacto do problema dentro e fora da família. Para além disso, seria importante a realização de estudos longitudinais, já que tal permitiria avaliar, ao longo do tempo, não só como evolui o diagnóstico das crianças com um PL, mas também como são as trajetórias do *stress* parental experimentado, e a progressão do funcionamento social e comportamental da criança, em diferentes idades ou fases do desenvolvimento. Adicionalmente, seria adequada a inclusão de outras dimensões, para além das estudadas, ao nível não só da parentalidade (e.g., práticas parentais), mas também conjugal (e.g., qualidade da relação marital) e educacional (e.g., envolvimento das figuras parentais no contexto educativo/escolar).

Referências

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issue: The stresses of parenting. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19(4), 298-301. doi: 10.1207/s1537442ccp1904_1
- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index – Professional Manual* (3rd ed.). Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Abidin, R. R., & Santos S. V. (2014). Manual do PSI – Índice de Stress Parental (2ª ed. revista e acrescentada). Lisboa: CEGOC. ISBN: 978-972-8817-86-2
- Achenbach, T. M. (1991) *Manual for the Child Behaviour Checklist/4-18 and 1991 profile*. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T., & Edelbrock, C. (1978). The classification of child psychopathology: A review and analysis of empirical efforts. *Psychological Bulletin*, 85, 1275-1301. doi: 10.1037/0033-2909.85.6.1275
- Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1981). Behavioral problems and competencies reported by parents of normal and disturbed children aged four through sixteen. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 46(1), 1-82. doi: 10.2307/1165983
- Andrade, F. (2008). *Perturbações da linguagem na criança. Análise e caracterização*. Aveiro: UA Editora.
- American Psychiatric Association (2000). Disorders usually first diagnosed in infancy. In American Psychiatric Association (Ed.), *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed., pp. 41-134). Washington D.C.: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association (2013). Neurodevelopment disorders. In American Psychiatric Association (Ed.), *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed., pp. 31-86). Arlington, VA: American Psychiatric Association.
- Anzieu, A. (1979). Da carne ao verbo: Mutismo e gaguez. In D. Anzieu, B. Gibello, R. Gori, A. Anzieu, B. Barrau, M. Mathieu, & W. R Bion (Eds), *Psicanálise e linguagem: Do corpo à palavra* (pp. 117-147). Lisboa: Moraes Editores
- Busari, J. O., & Weggelaar, N. M. (2004). How to investigate and manage the child who is slow to speak. *British Medical Journal*, 328(6), 272-276. doi: 10.1136/bmj.328.7434.272

- Branco, M. E. (2010). *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte
- Brooks, P., & Kempe, V. (2012). *Language development*. Padstow, Cornwall: British Psychological Society.
- Campbell, S. B. (1995). Behavior problems in preschool children: A review of recent research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36(1), 113-149. doi: 10.1111/j.1469-7610.1995.tb01657.x
- Campbell, S. B. (2006). *Behavior problems in preschool children: Clinical and developmental issues*. New York: Guilford Press.
- Carneiro, A. M. P. (2016). Emotional and behavioral problems in preschoolers: Risk factors and assessment issues (Doctoral dissertation, Universidade do Minho). Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41534>
- Carr, A. (2005). *The handbook of child and adolescent clinical psychology: A contextual approach*. London: Brunner-Routledge.
- Chaffee, C. A., Cunningham, C. E., Secord-Gilbert, H., Elbard, & J., Richards (1991). The influence of parenting stress and child behavior problems on parental estimates of examining the variables of sex and race/ethnic origin. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 19(1), 64-74. doi: 10.1007/BF00910565
- Chow, J. C., & Wehby, J. H. (2018). Associations between language and problem behavior: A systematic review and correlational meta-analysis. *Educational Psychology Review*, 30(1), 61-82. doi: 10.1007/s10648-016-9385-z
- Cohen, J. S., & Mendez, J. L. (2009). Emotion regulation, language ability, and the stability of preschool children's peer play behavior. *Early Education and Development*, 20(6), 1016-1037. doi: 10.1080/10409280903430745
- Costa, M. F. (2008). Perturbações da linguagem na criança: Caracterização e retrato tipo (Master's thesis, Universidade de Aveiro). Retirado de <https://hdl.handle.net/10773/1046>
- Craig, F., Operto, F. F., Giacomo, A., Margari, L., Frolli, A., Conson,...& Margari, F. (2016). Parenting stress among parents of children with neurodevelopmental disorders. *Psychiatry Research*, 242, 121-129. doi: 10.1016/j.psychres.2016.05.016
- Crnic, K., & Low, C. (2002). Everyday stresses and parenting. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 5, pp. 243-267). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Deater-Deckard, K. (1998). Parenting stress and child adjustment: Some old hypotheses and new questions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 5(3), 314-332. doi: 10.1111/j.1468-2850.1998.tb00152.x
- Demouy, J., Plaza, M., Xavier, J., Ringeval, F., Chetouani, M., Perisse,...& Robel, L. (2011). Differential language markers of pathology in autism, pervasive developmental disorder not otherwise specified and specific language impairment. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 5(4), 1402-1412. doi: 10.1016/j.rasd.2011.01.026
- Desmarais, C., Sylvestre, A., Meyer, F., Bairati, I., & Rouleau, N. (2008). Systematic review of the literature on characteristics of late-talking toddlers. *International Journal of Language & Communication Disorders*, 43(4), 361-389. doi: 10.1080/13682820701546854
- Eisenberg, N., Guthrie, I. K., Murphy, B. C., Shepard, S. A., Cumberland, A., & Carlo, G. (1999). Consistency and development of prosocial dispositions: A longitudinal study. *Child Development*, 70(6), 1360-1372.
- Fisher, E. (2014). Parenting stress and its relationship to adaptive behavior and child behavior observed during language interventions (Master's thesis, Georgia State University). Retirado de http://scholarworks.gsu.edu/psych_theses/129
- Golse, B. (2007). *O ser-bebé*. Lisboa: Climepsi.
- Harewood, T., Vallotton, C., & Brophy-Herb, H. (2017). More than just the breadwinner: The effects of father's parenting stress on children's language and cognitive development. *Infant and Child Development*, 26(2). doi: 10.1002/icd.1984
- Harmeyer, E., Ispa, J. M, Palermo, F., & Carlo, G. (2016). Predicting self-regulation and vocabulary and academic skills at kindergarten entry: The roles of maternal parenting stress and mother-child closeness. *Early Childhood Research Quarterly*, 37, 152-164. doi: 10.1016/j.ecresq.2016.05.001
- Hawa, V. V., & Spanoudis, G. (2014). Toddlers with delayed expressive language: An overview of the characteristics, risk factors and language outcomes. *Research in Developmental Disabilities*, 35(2), 400-407. doi: 10.1016/j.ridd.2013.10.027
- Helland, W. A., & Helland, T. (2017). Emotional and behavioural needs in children with specific language impairment and in children with autism spectrum

- disorder: The importance of pragmatic language impairment. *Research in Developmental Disabilities*, 70, 33-39. doi: 10.1016/j.ridd.2017.08.009
- Hoff, E. (2003). Causes and consequences of SES-related differences in parent-to-child speech. In M. H. Bornstein & R. H. Bradley (Eds.), *Monographs in parenting series. Socioeconomic status, parenting, and child development* (pp. 147-160). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers. Retirado de <http://psycnet.apa.org/record/2003-04572-006>
- Hollo, A., Wehby, J. H., & Oliver, R. M. (2014). Unidentified language deficits in children with emotional and behavioural disorders: A meta-analysis. *Exceptional Children*, 80(2), 169-186. doi:10.1177/001440291408000203
- Horwitz, S. M., Irwin, J. R., Briggs-Gowan, M. J., Heenan, J. M. B., Mendoza, J., & Carter, A. S. (2003). Language delay in a community cohort of young children. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(8), 932-940. doi: 10.1097/01.CHI.0000046889.27264.5E
- Homem, T. C., Gaspar, M. F., Santos, M. J. S., Azevedo, A. F., & Canavarro, M. C. (2015). Incredible years parent training: Does it improve positive relationships in Portuguese families of preschoolers with oppositional/defiant symptoms?. *Journal of Child and Family Studies*, 24(7), 1861-1875. doi: 10.1007/s10826-014-9988-2
- Johnson, C. J., Beitchman, J. H., & Brownlie, E. B. (2010). Twenty-year follow-up of children with and without speech-language impairments: Family, educational, occupational, and quality of life outcomes. *American Journal of Speech-Language Pathology*, 19(1), 51-65. doi: 10.1044/1058-0360(2009/08-0083)
- Kersh, J., Hedvat, T. T., Hauser-Cram, P., & Warfield, M. E. (2006). The contribution of marital quality to the well-being of parents of children with developmental disabilities. *Journal of Intellectual Disability Research*, 50(6), 883-893. doi: 10.1111/j.1365-2788.2006.00906.x.
- Krishnan, S., Watkins, K. E., & Bishop, D. V. (2016). Neurobiological basis of language learning difficulties. *Trends in Cognitive Sciences*, 20(9), 701-714. doi: 10.1016/j.tics.2016.06.012
- Ladd, G. W., & Pettit, G. S. (2002). Parenting and the development of children's peer relationships. In M. Bornstein (Ed), *Handbook of parenting – Vol. 5. Practical issues in parenting* (pp. 268-310). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Lau, C. (2014). The inter-relationship between core language skills and social competence in preschool children (Master's thesis, University of Western Ontario). Retirado de <http://ir.lib.uwo.ca/etd/2175>
- Leung, C., Chan, S., Lam, T., Yau, S., & Tsang, S. (2016). The effect of parent education program for preschool children with developmental disabilities: A randomized controlled trial. *Research in Developmental Disabilities*, 56, 18-28. doi: 10.1016/j.ridd.2016.05.015
- Lyons, R., & Roulstone, S. (2018). Listening to the voice of children with developmental speech and language disorders using narrative inquiry: Methodological considerations. *Journal of Communication Disorders*, 72, 16-25. doi: 10.1016/j.jcomdis.2018.02.006
- Madigan, S., Wade, M., Plamondon, A., Browne, D., & Jenkins, J. M. (2015). Birth weight variability and language development: Risk, resilience, and responsive parenting. *Journal of Pediatric Psychology*, 40(9), 869-877. doi: 10.1093/jpepsy/jsv056
- Major, S. O. (2007). *Avaliação de aptidões sociais e problemas de comportamento em idade pré-escolar: Estudo exploratório com crianças portuguesas* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Major, S.O. (2011). *Avaliação de aptidões sociais e problemas de comportamento em idade pré-escolar: Retrato das crianças portuguesas* (Tese de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Major, S., & Seabra-Santos, M. J. (2014a). Aptidões sociais e problemas de comportamento: Retratos das crianças portuguesas de idade pré-escolar. *RIDEP*, 38(2), 69-92.
- Major, S., & Seabra-Santos, M. J. (2014b). Preschool and Kindergarten Behavior Scales – Second Edition (PKBS-2): Adaptação e estudos psicométricos da versão portuguesa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(4), 689-699.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., Ribeiro Gonçalves, T., & Tudge, J. R. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. *Estudos de Psicologia*, 17(1), 5-13. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26122929002>

- Marinheiro, A. L., & Lopes, J. A. (1999). Avaliação de comportamento em idade pré-escolar. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 4(1), 91-107.
- Marquis, W. A., & Baker, B. L. (2014). An examination of Anglo and Latino parenting practices: Relation to behavior problems in children with or without developmental delay. *Research in Developmental Disabilities*, 35(2), 383-392. doi: 10.1016/j.ridd.2013.11.010
- McCormack, J., Baker, E., Crowe, K. (2017). The human right to communicate and our need to listen: Learning from people with a history of childhood communication disorder. *International Journal of Speech-Language Pathology*, 20(1), 142-151. doi: 10.1080/17549507.2018.1397747
- McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 53(2), 185-204. doi: 10.1037/0003-066X.53.2.185
- Merrell, K. W. (2008). *Behavioral, social, and emotional assessment of children and adolescents* (3rd ed.). New York: Erlbaum.
- Mok, P. L., Pickles, A., Durkin, K., & Conti-Ramsden, G. (2014). Longitudinal trajectories of peer relations in children with specific language impairment. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 55(5), 516-527. doi: 10.1111/jcpp.12190
- Neri, E., Agostini, F., Baldoni, F., Facondini, E., Biasini, A., & Monti, F. (2017). Preterm infant development, maternal distress and sensitivity: The influence of severity of birth weight. *Early Human Development*, 106, 19-24. doi: 10.1016/j.earlhumdev.2017.01.011
- Noel, M., Peterson, C., & Jesso, B. (2008). The relationship of parenting stress and child temperament to language development among economically disadvantaged preschoolers. *Journal of Child Language*, 35(4), 823-843. doi: 10.1017/S030500090800880
- Norbury, C. F., & Sparks, A. (2013). Difference or disorder? Cultural issues in understanding neurodevelopmental disorders. *Developmental Psychology*, 49(1), 45-58. doi: 10.1037/a0027446
- Organização das Nações Unidas (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Retirado de <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>
- Papalia, D., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança*. Lisboa: McGraw-Hill.

- Perkins, S. C., Finegood, E. D., & Swain, J. E. (2013). Poverty and language development: Roles of parenting and stress. *Innovations in Clinical Neuroscience*, 10(4), 10-19. Retirado de <https://goo.gl/FXgPGe>
- Petersen, I. T., Bates, J. E., D'onofrio, B. M., Coyne, C. A., Lansford, J. E., Dodge, K. A., Pettit, G. S., & VanHulle, C. A. (2013). Language ability predicts the development of behaviour problems in children. *Journal of Abnormal Psychology*, 122(2), 542-557. doi: 10.1037/a0031963.
- Piaget, J. (1987). *Seis estudos de psicologia* (pp. 23-52). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Raghavan, R., Camarata, S., White, K., Barbaresi, W., Parish, S., & Krahn, G. (2018). Population health in pediatric speech and language disorders: Available data sources and a research agenda for the field. *Journal of Speech Language, and Hearing Research*, 61(5), 1279-1291. doi: 10.1044/2018_JSLHR-L-16-0459
- Rescorla, L. A., Achenbach, T. M., Ivanova, M. Y., Harder, V. S., Otten, L., Bilenberg, N., ... Verhulst, F. C. (2011). International comparisons of behavioral and emotional problems in preschool children: Parents' reports from 24 societies. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 40(3), 456-467. doi: 10.1080/15374416.2011.563472
- Roben, C. K., Cole, P. M., & Armstrong, L. M. (2013). Longitudinal relations among language skills, anger expression, and regulatory strategies in early childhood. *Child Development*, 84(3), 891-905. doi: 10.1111/cdev.12027
- Santos, A. J., Vaughn, B. E., Peceguina, I., Daniel, J. R., & Shin, N. (2014). Growth of social competence during the preschool years: A 3-year longitudinal study. *Child Development*, 85(5), 2062-2073. doi: 10.1111/cdev.12246
- Santos, S. V. (2008). Índice de Stress Parental (PSI). In L.S. Almeida, M. R. Simões, C. Machado & M. M. Gonçalves (Eds.), *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população Portuguesa* (pp. 123-134). Coimbra: Quarteto.
- Schaunig, I., Willinger, U., Diendorfer-Radner, G., Hager, V., Jörgl, G., Sirsch, U., & Sams, J. (2004). Parenting Stress Index and specific language impairment. *Praxis der Kinderpsychologie und Kinderpsychiatrie*, 53(6), 395-405. Retrieved from <http://europepmc.org/abstract/med/15376614>
- Scher, A. & Sharabany, R. (2005). Parenting anxiety and stress: Does gender play a part at 3 months of age?. *The Journal of Genetic Psychology*, 166(2), 203-213. doi: 10.3200/GNTP.166.2.203-214

- Terret, G., White, R., & Spreckley, M. (2012). A preliminary evaluation of the parent-child mother goose program in relation to children's language and parenting stress. *Journal of Early Childhood Research*, 11(1), 16-26. doi: 10.1177/1476718X12456000
- Toppelberg, C. O., & Shapiro, T. (2000). Language disorders: A 10-year research update review. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(2), 143-152. doi: 10.1097/00004583-200002000-00011
- Vallotton, C. D., Harewood, T., Ayoub, C. A., Pan, B., Mastergeorge, A. M., & Brophy-Herb, H. (2012). Buffering boys and boosting girls: The protective and promotive effects of Early Head Start for children's expressive language in the context of parenting stress. *Early Childhood Research Quarterly*, 27(4), 695-707. doi: 10.1016/j.ecresq.2011.03.001
- Webster, R. I., Majnemer, A., Platt, R. W., & Shevell, M. I. (2008). Child health and parental stress in school-age children with a preschool diagnosis of developmental delay. *Journal of Child Neurology*, 23(1), 32-38. doi: 10.1177/0883073807307977
- Wieder, S. (2016). *Diagnostic classification of mental health and developmental disorders of infancy and early childhood. DC: 0-5*. Arlington, VA: Zero to Three/National Center for Clinical Infant Programs.
- Woodman, A. C., Mawdsley, H. P., & Hauser-Cram, P. (2015). Parenting stress and child behavior problems within families of children with developmental disabilities: Transactional relations across 15 years. *Research in Developmental Disabilities*, 36, 264-276. doi: 10.1016/j.ridd.2014.10.011